



# Relatório Anual

2021

# MENSAGEM DA DIRETORIA

## Superando desafios

O ano de 2021 foi um dos mais desafiadores para a economia brasileira e, mesmo assim, o OABPrev-SC tem a satisfação de, ao elaborar este relatório para os participantes e os assistidos, reafirmar a solidez do seu plano e o cumprimento do objetivo maior, que é contribuir para que a Advocacia Catarinense tenha respaldo e suporte ao planejar o seu futuro.

O ano foi de consolidação, mesmo diante das dificuldades socioeconômicas e das turbulências enfrentadas pelo país. Os ativos do OABPrev-SC aumentaram 9%, passando de R\$ 210 milhões em 2020 para R\$ 228 milhões em 2021. Hoje são mais de 8.500 mil participantes e 112 assistidos, que já podem comprovar pessoalmente a importância de planejar o futuro com antecedência e veem retribuída a confiança depositada ao longo dos anos de contribuição.

É importante registrar, portanto, que os resultados alcançados comprovam a seriedade com que o OABPrev-SC trabalha pelas advogadas, advogados e dependentes. E mais: os números não deixam dúvidas sobre a evolução da Entidade, sempre garantindo a segurança das suas operações, em defesa dos participantes e para o fortalecimento dos seus instituidores.

Planejamento, segurança e transparência são palavras que muito bem definem 2021 para o OABPrev-SC. Desde o início, há mais de 26 anos, a trajetória da Entidade foi solidamente firmada na premissa de um trabalho no qual, literalmente advogando pelo futuro, os resultados colhidos comprovam a seriedade do caminho traçado.

E se hoje temos consciência de que os rumos tomados foram cuidadosamente planejados e analisados, os números crescentes refletem o acerto das decisões. Vale lembrar que o OABPrev-SC é a Entidade com a maior responsabilidade no sistema OAB, a que tem o contrato de prazo mais longo no direito brasileiro e a mais intensamente fiscalizada.

Para 2022, as metas são reforçadas: crescimento com responsabilidade frente à missão de prosseguir construindo um fundo de pensão forte e que traduz os anseios de cada participante por um futuro tranquilo. É por isso que nos orgulhamos de apresentar resultados que refletem uma gestão responsável e comprometida com a Advocacia Catarinense.

Obrigado pela confiança!

Márcio Sachet  
Diretor Presidente

Yuri Carioni Engelke  
Diretor Adm e Financeiro

Luís Fabiano de A. Giannini  
Diretor de Seguridade

# ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

## Diretoria Executiva

Márcio Sachet - Diretor Presidente

Yuri Carioni Engelke - Diretor Administrativo e Financeiro

Luís Fabiano de Araújo Giannini - Diretor de Seguridade

## Conselho Deliberativo

### Titulares

Ezair José Meurer Jr.

Eni Terezinha Aragão Duarte

Júlio César de Souza

Célio Dalcanale

Jorge David Pacheco

Marion Elisabete da Silva

### Suplentes

Kliwer Schmitt

Handerson Rodrigues

## Conselho Fiscal

### Titulares

Rycharde Farah

Eliane Emília Machado Pacheco

Paulo Henrique Rocha Faria Jr.

Jefferson Mário Santana

### Suplentes

Juliana Borinelli Franzoi

Dilnei Marcelino Jr.

# SUMÁRIO:

- 5** Demonstrações Contábeis 2021
- 11** Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis
- 26** Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis
- 29** Gestão de Participantes
- 30** Índices
- 31** Demonstrativo de Investimento
- 40** Informações Segregadas de Despesas dos Planos de Benefícios 2020
- 43** Política de Investimento
- 50** Parecer Atuarial
- 56** Parecer do Conselho Fiscal 2021
- 57** Manifestação do Conselho Deliberativo 2021

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2021

FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO  
DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL,  
SECCIONAL SANTA CATARINA - OABPREV-SC -  
CNPJ 86.897.105/0001-00

**BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO**  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020  
(VALORES EXPRESSOS EM R\$ MIL)

**BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO**  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020  
(VALORES EXPRESSOS EM R\$ MIL)

ATIVO	2021	2020
<b>DISPONÍVEL</b> <small>(Nota 4)</small>	<b>147</b>	<b>481</b>
<b>REALIZÁVEL</b>	<b>227.744</b>	<b>209.579</b>
Gestão Previdencial <small>(Nota 5)</small>	1	1
Gestão Administrativa <small>(Nota 6)</small>	145	147
<b>Investimentos</b> <small>(Nota 7)</small>	<b>227.598</b>	<b>209.431</b>
Fundos de Investimento	227.598	209.431
<b>PERMANENTE</b> <small>(NOTA 8)</small>	<b>540</b>	<b>597</b>
Imobilizado	540	597
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>228.431</b>	<b>210.657</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO	2021	2020
<b>EXIGÍVEL</b> <small>(Nota 9)</small>	<b>847</b>	<b>787</b>
<b>OPERACIONAL</b>		
Gestão Previdencial	688	664
Gestão Administrativa	154	123
Investimentos - Previdencial	5	0
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>227.584</b>	<b>209.870</b>
<b>Patrimônio de Cobertura do Plano</b>	<b>224.307</b>	<b>206.457</b>
<b>Provisões Matemáticas</b> <small>(Nota 11)</small>	<b>224.307</b>	<b>206.457</b>
Benefícios Concedidos	19.183	15.779
Benefícios a Conceder	205.124	190.678
Fundos Administrativos <small>(Nota 13)</small>	3.277	3.413
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>228.431</b>	<b>210.657</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL CONSOLIDADO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(VALORES EXPRESSOS EM R\$ MIL)

DESCRIÇÃO	2021	2020	Variação (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	209.870	193.533	8%
<b>1. Adições</b>	<b>37.870</b>	<b>38.931</b>	<b>-3%</b>
Contribuições Previdenciais	27.626	26.293	5%
Portabilidade	777	519	50%
Indenizações de Risco Terceirizado	353	472	-25%
Reversão de Fundos Administrativos	121	54	124%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	6.725	8.842	-24%
Receitas Administrativas	2.135	2.637	-19%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	133	114	17%

DESCRIÇÃO	2021	2020	Variação (%)
<b>2. Destinações</b>	<b>(20.156)</b>	<b>(22.594)</b>	<b>-11%</b>
Benefícios	(2.613)	(2.373)	10%
Resgates	(7.950)	(10.667)	-25%
Portabilidade	(339)	(885)	-62%
Repasse de Risco Terceirizado	(6.850)	(6.592)	4%
Despesas Administrativas	(2.283)	(2.023)	13%
Outras Destinações	(121)	(54)	124%
Reversão de recursos para o Plano de Benefícios-Gestão Administrativa	(121)	(54)	124%
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)</b>	<b>17.714</b>	<b>16.337</b>	<b>8%</b>
Provisões Matemáticas	17.850	15.663	14%
Fundos Administrativos	(136)	674	-120%
<b>B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)</b>	<b>227.584</b>	<b>209.870</b>	<b>8%</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(VALORES EXPRESSOS EM R\$ MIL)

DESCRIÇÃO	2021	2020	Variação (%)
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>206.457</b>	<b>190.794</b>	<b>8%</b>
<b>1. Adições</b>	<b>35.636</b>	<b>36.245</b>	<b>-2%</b>
Contribuições	27.660	26.358	5%
Portabilidade	777	519	50%
Indenizações de Risco Terceirizado	353	472	-25%
Reversão de Fundos Administrativos	121	54	124%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	6.725	8.842	-24%
<b>2. Destinações</b>	<b>(17.786)</b>	<b>(20.582)</b>	<b>-14%</b>
Benefícios	(2.613)	(2.373)	10%
Resgates	(7.950)	(10.667)	-25%
Portabilidade	(339)	(885)	-62%
Repasse de Risco Terceirizado	(6.850)	(6.592)	4%
Custeio Administrativo	(34)	(65)	-48%

DESCRIÇÃO	2021	2020	Variação (%)
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>17.850</b>	<b>15.663</b>	<b>14%</b>
Provisões Matemáticas	17.850	15.663	14%
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)</b>	<b>224.307</b>	<b>206.457</b>	<b>9%</b>
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>(136)</b>	<b>673</b>	<b>-120%</b>
Fundos Administrativos	(136)	673	-120%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO**  
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020  
 (VALORES EXPRESSOS EM R\$ MIL)

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>Variação (%)</b>
<b>1. Ativo</b>	<b>228.277</b>	<b>210.534</b>	<b>8%</b>
Disponível	147	445	-70%
Recebível	3.277	3.414	-4%
Investimento	<b>224.853</b>	<b>206.675</b>	<b>9%</b>
Fundos de Investimento	224.853	206.675	9%
<b>2. Obrigações</b>	<b>693</b>	<b>664</b>	<b>4%</b>
Operacional	693	664	4%
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3-4)</b>	<b>224.307</b>	<b>206.457</b>	<b>9%</b>
<b>Provisões Matemáticas</b>	224.307	206.457	9%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



**DEMONSTRAÇÃO DO PLANO GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADO**  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020  
(VALORES EXPRESSOS EM R\$ MIL)

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>Variação (%)</b>
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>3.413</b>	<b>2.739</b>	<b>25%</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>2.268</b>	<b>2.751</b>	<b>(18)%</b>
<b>1.1. Receitas</b>	<b>2.268</b>	<b>2.751</b>	<b>(18)%</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	34	65	(48)%
Custeio Administrativo dos Investimentos	751	847	(11)%
Receitas Diretas	1.350	1.594	(15)%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	133	114	17%
Outras Receitas	0	131	-100%

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>Variação (%)</b>
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>(2.283)</b>	<b>(2.023)</b>	<b>13%</b>
<b>2.1 Administração Planos Previdenciais</b>	<b>(2.283)</b>	<b>(2.023)</b>	<b>13%</b>
Pessoal e encargos	(1.056)	(843)	25%
Treinamentos/congressos e seminários	(25)	(30)	-17%
Viagens e estadias	0	(5)	-100%
Serviços de terceiros	(762)	(459)	66%
Despesas gerais	(247)	(508)	-51%
Depreciações e amortizações	(67)	(42)	-7%
Tributos	(126)	(136)	19,30%
<b>4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios</b>	<b>(121)</b>	<b>(54)</b>	<b>124%</b>
<b>6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)</b>	<b>(136)</b>	<b>674</b>	<b>-120%</b>
<b>7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)</b>	<b>(136)</b>	<b>674</b>	<b>120%</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)</b>	<b>3277</b>	<b>3.413</b>	<b>4%</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS**  
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020  
 (VALORES EXPRESSOS EM R\$ MIL)

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>Variação (%)</b>
<b>Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)</b>	<b>225.000</b>	<b>207.122</b>	<b>89%</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>224.307</b>	<b>206.458</b>	<b>9%</b>
1.1. Benefícios Concedidos	19.183	15.779	21%
Contribuição Definida	19.183	15.779	21%
<b>1.2. Benefício a Conceder</b>	<b>205.124</b>	<b>190.679</b>	<b>7%</b>
<b>Contribuição Definida</b>	<b>205.124</b>	<b>190.679</b>	<b>7%</b>
Saldo de contas - parcela participantes	205.124	190.679	7%
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>693</b>	<b>664</b>	<b>4%</b>
4.1. Gestão Previdencial	693	664	4%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

# NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SECCIONAL SANTA CATARINA - OABPREV-SC - CNPJ 86.897.105/0001-00

## NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ELABORADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARATIVAS COM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

### CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Santa Catarina -OABPREV-SC é uma Entidade fechada de previdência complementar, constituída sob a forma de sociedade de previdência complementar nos termos da Lei Complementar n.º 109, de 29 de maio de 2001, e normas subsequentes, CNPB nº 2004.0029-56. Autorizado a funcionar pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, através da portaria nº 125 de 08 de outubro de 2004, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e personalidade jurídica de direito privado, com a finalidade principal de administrar o Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado de Santa Catarina – PBPA. São instituidores do PBPA, a Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Santa Catarina – OAB/SC e a Caixa de Assistência dos Advogados do Estado de Santa Catarina – CAASC e em dezembro de 2017 foi aprovado o convênio de adesão para ser Instituidor a Cooperativa de Crédito Mútuo dos advogados de Santa Catarina – Sicoob Advocacia.

O OABPREV-SC tem sede e foro na Avenida Hercílio Luz, 639 - sala 211 – Centro, Florianópolis – SC, podendo manter escritórios, agentes ou representações locais e regionais em qualquer parte do território nacional.

O OABPREV-SC tem por objetivo executar e administrar planos de benefícios de natureza previdenciária, constituídos por Instituidores, mediante contribuição de Participantes, de acordo com os regulamentos e com as leis aplicáveis. Poderá promover outros programas previdenciais, em caráter facultativo, mediante contribuição específica dos membros interessados, respeitada a legislação vigente. Nenhum benefício ou serviço poderá ser criado ou majorado sem que, em contrapartida, seja previamente estabelecida a respectiva receita de cobertura.

Para a consecução de seus objetivos, a Entidade dispõe de recursos oriundos das Contribuições de seus participantes, de comissões e da remuneração dos seus ativos.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a Entidade tem como finalidade principal, suplementar os benefícios previdenciários a que têm direito os participantes e seus dependentes, nos termos do regulamento do seu plano de benefício e custeios.

O plano estabelece a concessão dos seguintes benefícios: (a) aposentadoria programada; (b) aposentadoria por invalidez; e (c) pensão por morte do participante ativo ou assistido.

A concessão dos Institutos está restrita aos participantes.

O participante custeia de forma facultativa contribuição destinada a cobrir a parcela adicional de risco, contratada pelo OABPREV-SC com a Mongeral S.A. Seguros e Previdência, para cobertura de morte e invalidez total e permanente do participante. A cobrança dessa contribuição é feita pela Entidade e repassada à Seguradora, detentora do risco.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 o OABPREV-SC possuía as seguintes quantidades de participantes e assistidos e média de idade:

	<b>2021</b>	<b>Idade Média 2021</b>	<b>2020</b>	<b>Idade Média 2020</b>
<b>Ativos</b>	<b>8.695</b>	<b>36,32</b>	<b>8.634</b>	<b>35,88</b>
Assistidos- Aposentados	63	65,43	56	65,04
Assistidos Pensionistas	48	42,00	44	41,00
<b>Total</b>	<b>8.806</b>		<b>8.734</b>	

## APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das Entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº. 43, de 06 de agosto de 2021, Instrução Previc nº. 31 de 20 de agosto de 2020, atualizada pela Instrução Previc nº 44 de 23 de novembro de 2021 e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº. 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprovou a ITG 2001 (NBC TE 11), e as práticas contábeis brasileiras. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas às gestões previdenciais e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26 (NBC T 19.27).

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em duas gestões e Planos distintos (Previdencial e Administrativo) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum aos Planos Previdencial e Administrativo, segundo a natureza e a finalidade das transações.

Esses segmentos operacionais estão presentes nas demonstrações contábeis do Plano de Benefícios Previdenciais e do Plano de Gestão Administrativa - PGA e suas funções são as seguintes:

- **Gestão Previdencial:** Registra as atividades de cunho Previdencial do plano de benefícios administrado, destinadas a constituição de provisões matemáticas e de fundos, resgates e portabilidade;
- **Gestão Administrativa:** Funciona como uma Entidade prestadora de serviços administrativos, tendo como usuário o Plano de Benefícios Previdenciais administrado pela Fundação. É responsável pela administração plena da Entidade, possuindo ativos, passivos e resultados totalmente segregados do Plano Previdencial;
- **Fluxo dos Investimentos:** Destinado ao reconhecimento das rendas/variações positivas e deduções/variações negativas das aplicações financeiras dos recursos do Plano de Benefícios Previdenciais administrado pela Entidade e do PGA.

Outras características apresentadas nas demonstrações contábeis em conformidade com as normas contábeis que regem o sistema fechado de previdência complementar: Balancetes do Plano de Benefícios Previdenciais, Balancete do Plano de Gestão Administrativa, Balancete Auxiliar utilizado para efetuar a consolidação das Demonstrações Contábeis e Balancete Consolidado.

O Plano de Gestão Administrativa - PGA, conforme disposto nas Resolução CGPC nº 43/2021 e Instrução PREVIC nº 31/2020, tem como objetivo controlar o patrimônio e os resultados da gestão administrativa de forma segregada do plano previdencial, em conformidade com o regulamento próprio, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação. O PGA foi constituído, inicialmente, com o patrimônio do fundo administrativo existente no balancete do Plano de Benefícios Previdenciais em 31 de dezembro de 2009, representados pelo ativo permanente, pelo montante dos recursos aplicados em fundos de investimentos em renda fixa e os realizáveis da Gestão Administrativa. Tais recursos compreendem reservas administrativas (Fundo Administrativo) cuja utilização está prevista no regulamento do Plano de Gestão Administrativa.

A legislação contábil aplicável às EFPCs prevê a apresentação dos seguintes demonstrativos contábeis consolidados:

- I- Balanço Patrimonial Consolidado;
- II- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS;
- III- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA; e
- IV – Notas explicativas.

Além dos relatórios consolidados, os normativos contábeis também exigem a apresenta o das seguintes demonstra es contábeis do Plano de Benefícios Previdenciais administrado pela Entidade:

- I - Demonstração da Muta o do Ativo Líquido - DMAL; II – Demonstração do Ativo Líquido - DAL;
- e III - Demonstração das Provisões Técnicas – DPT.

## **PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais práticas contábeis adotadas pela Entidade estão resumidas a seguir:

### **a) Registro das Adi es, Dedu es, Receitas, Despesas, Rendas/Varia es Positivas e Dedu es/Varia es Negativas**

As Dedu es da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Varia es Positivas e Dedu es/Varia es Negativas do Fluxo de Investimento, são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

As contribui es (adi es) previdenciais são registradas pelo regime de caixa, por ocasião do recebimento conforme prazo previsto no regulamento do plano de benefícios, e fundamento contábil contido na Resolu o CNPC 43/2021.

### **b) Provisões Matemáticas**

São apuradas com base nos saldos de contas individuais vertidos através de contribui es aportadas pelos participantes e sinistros pagos pela seguradora, atualizados pela rentabilidade dos investimentos, representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários.

### **c) Estimativas Atuariais e Contábeis**

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição individual do plano previdencial e plano de gestão administrativa e consolidada da Entidade em 31 de dezembro de 2021 e 2020. A Administração do OABPREV-SC considera que os valores contabilizados são adequados. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem i) estimativa de fluxos de caixa futuros para classificação de investimentos como “Mantidos até o vencimento”, ii) não realização de provisão para perda de Investimentos, iii) valores a pagar à Seguradora pelo benefício adicional de risco, iv) as provisões matemáticas, e v) as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados.

### **d) Operações Administrativas**

Em conformidade com a Resolução CNPC nº. 43 de 06 de agosto de 2021 e Instrução Previc nº. 31 de 20 de agosto de 2020, os registros das operações administrativas são efetuados no Plano de Gestão Administrativa – PGA, que possui patrimônio apartado do plano de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial e Investimentos) e reciprocidades repassadas pela seguradora responsável pela comercialização dos planos previdenciais, deduzidas das despesas específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas previdenciais e de investimentos da PGA são debitadas no Plano Previdencial em conformidade com o plano de custeio vigente.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo, e está em conformidade com a Resolução CGPC nº. 29, datada de 31 de agosto de 2009.

### **e) Realizável**

#### **• Gestão Previdencial**

O realizável previdencial está representado por valores a receber previdenciais, conforme detalhado na nota explicativa nº 05.

#### **• Gestão Administrativa**

O realizável da gestão administrativa é representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa.

#### **• Fluxo dos Investimentos**

Os recursos garantidores do OABPREV-SC estão aplicados em Fundos de Investimentos. As quotas de fundos de investimento estão registradas ao valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data das Demonstrações Financeiras, com base no valor da quota do patrimônio, demonstradas pelo valor da cota patrimonial do fundo divulgada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), multiplicada pela quantidade de cotas pertencentes à Fundação em 31 de dezembro de cada ano.

#### **f) Imobilizado**

Os itens que compõem o Imobilizado são depreciados pelo método linear de acordo com a vida útil do bem, estimada na data da aquisição, às seguintes alíquotas anuais:

<b>Descrição</b>	<b>Alíquota Anual</b>
Móveis, Utensílios, Máquinas e Equipamentos de Uso	10%
Computadores e Periféricos	20%
Imóveis	4%

#### **g) Exigível Operacional**

São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representados pelas obrigações decorrentes dos direitos aos benefícios pelos participantes, salários dos empregados da Entidade, prestação de serviços por terceiros, investimentos, operações com participantes e obrigações fiscais e tributárias.

#### **h) Critério para constituição e reversão das Provisões Matemáticas**

As Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios Previdenciais foram calculadas de acordo com a base de dados cadastrais de Participantes e Assistidos, na data base de Avaliação, considerando também as hipóteses biométricas e demográficas (mortalidade/sobrevivência), bem como as premissas econômicas e financeiras. As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder estão registradas em conformidade com os relatórios atuariais.

#### **i) Critério para constituição e reversão do Fundo Administrativo**

O Fundo Administrativo destina-se à cobertura das despesas administrativas do plano de benefícios Previdenciais, em conformidade com o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade. É constituído pela sobra e revertido pela insuficiência de recursos administrativos.

#### **j) Reclassificação das Demonstrações Contábeis 2020**

Em virtude da alteração normativa vigente a partir de janeiro de 2021, implementada pela Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020, atualizada pela Instrução Previc nº 44, de 23 de novembro de 2021, que dentre outros aspectos efetuou ajustes e adequações na planificação contábeis e demonstrações contábeis das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, as demonstrações contábeis relativas ao exercício social de 2020 consolidadas e individualizadas dos planos previdenciais e de gestão administrativa serão ajustadas, para fins comparativos com o exercício social de 2021, como segue:

#### **Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidada**

Adições: abertura dos valores de Contribuições: Contribuições Previdenciais no valor de R\$ 26.293 mil, portabilidade no valor de R\$ 519 mil Indenização de risco terceirizado R\$ 472 mil e Reversão de Fundo Administrativo de R\$ 54. A reclassificação realizada não alterou o valor das adições totais nem o patrimônio social no exercício social de 2020.

Destinações: abertura dos valores de Benefícios em três grupos: Benefícios no valor de R\$ 2.373 mil, Resgates no valor de R\$ 10.667 mil, Portabilidade no valor de R\$ 885 mil, Repasse Terceirizado no valor de R\$ 6.592 mil e Reversão de recursos para o Plano de Benefícios-Gestão Administrativa no valor de R\$ 54 mil. A reclassificação realizada não alterou o valor das destinações totais nem o patrimônio social no exercício social de 2020.

#### Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano

Adições: abertura dos valores de Contribuições: Contribuições Previdenciais no valor de R\$ 26.358 mil, portabilidade no valor de R\$ 519 mil Indenização Risco Terceirizado R\$ 472 e Reversão de Fundo Administrativo de R\$ 54. A reclassificação realizada não alterou o valor das adições totais nem o patrimônio social no exercício social de 2020.

Destinações: abertura dos valores de Benefícios: Benefícios no valor de R\$ 2.373 mil, Resgates no valor de R\$ 10.667 mil, Portabilidade no valor de R\$ 885 mil, Repasse Terceirizado no valor de R\$6.592 mil. A reclassificação realizada não alterou o valor das destinações totais nem o patrimônio social no exercício social de 2020.

#### Demonstração do Ativo Líquido do Plano

Não teve reclassificação

#### Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios

Não teve reclassificação

#### Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidado

Até o exercício social de 2020 os valores das despesas administrativas eram apresentadas de forma segregada entre administração previdencial, administração dos investimentos, Comuns e Específicas. Para fins de reclassificação comparativa, os valores das despesas administrativas apresentados em 2020 foram consolidados, não ocorrendo alteração nos valores das despesas administrativas totais nem no saldo do Fundo Administrativo Consolidado.

ANO 2020 INST SPC 34/2009		ANO 2020 INST PREVIC 31	
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>(2.023)</b>	<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>(2.023)</b>
<b>2.1. Gestão Previdencial</b>	<b>(1.976)</b>	<b>2.1. Administração Planos Previdenciais</b>	<b>(2.023)</b>
<b>Despesas Comuns</b>	<b>(1.976)</b>	Pessoal e encargos	(843)
Pessoal e encargos	(843)	Treinamentos/congressos e seminários	(30)
Treinamentos/congressos e seminários	(30)	Viagens e estadias	(5)
Viagens e estadias	(5)	Serviç�os de terceiros	(459)
Serviç�os de terceiros	(412)	Despesas gerais	(508)
Despesas gerais	(508)	Depreciações e amortizações	(42)
Depreciações e amortizações	(42)	Tributos	(136)
Tributos	(136)		
<b>2.2 Investimentos</b>			
<b>Despesas Comuns</b>	<b>(47)</b>		
Serviç�o de Terceiros	(47)		



## DISPONÍVEL

Registra as disponibilidades existentes no fundo fixo de caixa e nas contas correntes bancárias, reconhecidas por seus valores em moeda nacional. O OABPREV-SC possui os seguintes saldos no Fundo Fixo de Caixa e em Contas Correntes no dia 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	R\$ mil	
	2021	2020
<b>Imediato</b>		
<b>Fundo Fixo de Caixa</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
<b>Bancos Conta Movimento</b>	<b>139</b>	<b>470</b>
Banco do Brasil	0	0
Caixa Econômica Federal	0	112
OABCRED - SICOOB	139	358
<b>Bancos Carteira Administrada</b>	<b>10</b>	<b>10</b>
Carteira Bradesco	8	10
<b>Total</b>	<b>147</b>	<b>481</b>

## REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

O valor registrado no realizável da gestão previdencial em 31 de dezembro de 2021 e 2020 apresentam os seguintes saldos relativos a contribuições a devolver aos participantes.

	R\$ mil	
	2021	2020
<b>Outros Realizáveis</b>		
Devolução de Contribuição	1	1
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

## REALIZÁVEL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registra os valores a receber decorrentes de operações da Gestão Administrativa nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, discriminados a seguir.

	R\$ mil	
	2021	2020
<b>Realizável da Gestão Administrativa</b>		
<b>Responsabilidade de Terceiros</b>	<b>145</b>	<b>145</b>
Integralização de Cotas	145	145
<b>Despesas Antecipadas</b>	<b>0</b>	<b>2</b>
Seguros, Impostos e Taxas	0	2
<b>Total</b>	<b>145</b>	<b>147</b>

## REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

A carteira de investimentos da Entidade possui gestão compartilhada entre o Plano de Benefícios Previdencial e o Plano de Gestão Administrativa. Os recursos encontram-se aplicados em Fundos de Investimentos custodiados em instituições financeiras, na central de custódia e liquidação de títulos privados - CETIP, no sistema especial de liquidação e custódia - SELIC e na companhia brasileira de liquidação e custódia - CBLC.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a alocação dos investimentos em garantia das reservas técnicas estão apresentados a seguir:

Fundos de Investimentos	R\$ mil	
	2021	2020
<b>Renda Fixa</b>		
Brad RF DI Fed Extra	1.142	0
<b>Fundo Índice Referência RF ETF</b>		
Itaú Soberano DI LP	0	1.309
<b>Multimercado</b>	<b>226.456</b>	<b>208.122</b>
Mongeral Aegon OABPrev SC FIM	93.039	88.460
Somma OABPrev SC FI Multimercado	85.520	76.416
Vinci OABPREV SC FIM Cred Privado	44.753	40.610
MAG Global Sustainable FIM IE	3.144	2.636
<b>Total</b>	<b>227.598</b>	<b>209.431</b>

Os recursos previdenciais investidos pelo OABPREV-SC obtiveram a seguinte rentabilidade mensal durante o exercício social de 2021.

Ano de 2021 - Base mensal	Rentabilidade	CDI	% CDI
Janeiro	-0,06%	0,15%	-40,00%
Fevereiro	-0,33%	0,13%	-253,85%
Março	0,44%	0,20%	220,00%
Abril	0,60%	0,21%	285,71%
Maio	1,27%	0,27%	470,37%
Junho	0,68%	0,30%	226,67%
Julho	-0,35%	0,36%	-97,22%
Agosto	0,03%	0,42%	7,14%
Setembro	-0,18%	0,44%	-40,91%
Outubro	-0,53%	0,48%	-110,42%
Novembro	0,59%	0,59%	100,00%
Dezembro	0,92%	0,76%	121,05%
<b>Total 2021</b>	<b>3,10%</b>	<b>4,39%</b>	<b>-358,39%</b>

## PERMANENTE

Os valores que compõem o imobilizado, representados pelos bens de uso da Entidade, estão registrados ao custo de aquisição e são depreciados pelo método linear, com base na taxa anual de 10% para móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e instalações, 20% para equipamentos de informática, e 4% para bens imóveis cujos encargos de depreciação são reconhecidos como uma despesa do Plano de Gestão Administrativa, em consonância com a Instrução Previc 31, de 20 de agosto de 2020.

<b>Imobilizado e Intangível</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>540</b>	<b>597</b>
<b>Operacional Corpóreo</b>	<b>540</b>	<b>597</b>
<b>Bens Móveis</b>	<b>61</b>	<b>70</b>
<b>Móveis e Utensílios</b>	<b>22</b>	<b>30</b>
Custo	126	126
(-) Depreciação	(104)	(96)
<b>Equipamentos de informática</b>	<b>20</b>	<b>15</b>
Custo	118	108
(-) Depreciação	(98)	(93)
<b>Instalações</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
Custo	8	8
(-) Depreciação	(6)	(5)

<b>Imobilizado e Intangível</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Máquinas e Equipamentos</b>	<b>17</b>	<b>22</b>
Custo	50	51
(-) Depreciação	(33)	(29)
<b>Bens Imóveis</b>	<b>479</b>	<b>527</b>
<b>Sala Comercial 01</b>	<b>250</b>	<b>266</b>
Custo	392	392
(-) Amortização	(142)	(126)
<b>Sala Comercial 02</b>	<b>135</b>	<b>162</b>
Custo	212	212
(-) Amortização	(77)	(50)
<b>Benfeitorias</b>	<b>94</b>	<b>99</b>
Custo	106	106
(-) Amortização	(12)	(7)

## EXIGÍVEL OPERACIONAL

### a) Gestão Previdencial

Corresponde a retenções a pagar assumidos pelo plano de benefícios com terceiros, mediante contrato de repasse das contribuições de risco e retenção de IR sobre resgates e benefícios mensais, com vencimento em janeiro de 2021. Os saldos de 31 de dezembro de 2021 e 2020 são apresentados a seguir.

	R\$ mil	R\$ mil
Exigível Operacional da Gestão Previdencial	2021	2020
IRRF s/ Benefícios Renda Continuada	16	12
IRRF s/ Benefícios Pagamento Único	99	115
Adiantamento de Contribuições	1	1
Valores a repassar Risco Terceirizado	570	536
Outras Exigibilidades	2	1
<b>Total</b>	<b>688</b>	<b>664</b>

### b) Gestão Administrativa

Correspondem aos compromissos a pagar assumidos pela Entidade relativos à Gestão Administrativa, assim como as retenções incidentes sobre salários, fornecedores, terceiros, tributos a recolher que vencem em janeiro de 2021. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 apresentam os seguintes valores:

	2021	2020
<b>Fundo Administrativo</b>	<b>3.277</b>	<b>3.413</b>
Cobertura do Ativo Permanente	540	597
Sobrecarga Administrativa	1.402	1.481
Fundo Especial para Contingencias	1.335	1.335

### PATRIMÔNIO SOCIAL - PROVISÕES MATEMÁTICAS

Registra o valor das Provisões Atuariais que corresponde ao somatório das contas individuais dos participantes do Plano de Benefícios Previdenciários OABPREV-SC.

Os estudos atuariais do plano de previdência são conduzidos pelo atuário e é o único responsável pelos cálculos e estudos atuariais, seja perante a massa de participantes, os órgãos públicos e a própria Entidade. O mesmo atuário, com base nos estudos mencionados, determina o valor

das provisões matemáticas do plano, evidenciados no quadro Demonstração das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios e emite o seu parecer de acordo com nota técnica atuarial. Foram utilizados pelo atuário os seguintes indicadores na avaliação Atuarial de 2021 do plano previdencial administrado pelo OABPREV-SC.

- a) Indexador Econômico: Cota Patrimonial
- b) Taxa anual de juro atuarial: 4,24% a.a.
- c) Crescimento real médio dos salários: não aplicável;
- d) Crescimento real médio dos benefícios do Plano: não aplicável
- e) Inflação anual futura estimada: não aplicável

#### **Fator de Capacidade**

O fator de capacidade reflete o impacto da deterioração pela inflação de valores monetários entre duas datas-base de reajuste.

- a) Capacidade Salarial: não aplicável;
- b) Capacidade do Benefício: não aplicável.

#### **Hipóteses Biométricas e Demográficas**

##### **Biométrica (Ativos, Aposentados e Pensionistas)**

- a) Mortalidade Geral: BR-EMsSB-2015 f
- b) Entrada em Invalidez: não aplicável
- c) Mortalidade de Inválidos: BR-EMsSB-2015 f

##### **Demográfica (Ativos)**

- a) Rotatividade: não aplicável
- b) Geração Futura: não aplicável

##### **Outras Hipóteses**

- a) Entrada em Aposentadoria: 100% dos Participantes Ativos se aposentarão quando se habilitarem ao benefício regulamentar

b) Composição familiar: considera-se a estrutura familiar informada

Por se tratar de um plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), cabe ressaltar que as hipóteses atuariais não são utilizadas para apuração das obrigações do Plano de Benefícios junto a seus Participantes, mas sim para o cálculo das rendas mensais, por equivalência atuarial, ou seja, as hipóteses são utilizadas para se apurar o valor do benefício mensal, quando de sua concessão e em seu recálculo anual. A hipótese relativa à taxa de juros é também utilizada para fins de análise da rentabilidade auferida pelos Recursos Garantidores do Plano de Benefícios, por compor o índice de referência atuarial em conjunto ao indexador de inflação.

O detalhamento das rubricas contábeis que compõem os saldos das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e Benefícios a Conceder em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão apresentados na Demonstração das Provisões Técnicas - DPT.

As provisões matemáticas de benefícios concedidos destinam-se à cobertura dos compromissos da Entidade com os benefícios de prestação continuada concedidos a seus assistidos, participantes e beneficiários em gozo de tais benefícios.

Benefícios a conceder representa a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos participantes, que não estejam em gozo de benefícios, referentes ao saldo atual de suas contribuições.

### **PATRIMÔNIO SOCIAL - FUNDO ADMINISTRATIVO**

O Fundo Administrativo é constituído pelas receitas (Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas da administração previdencial, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 apresenta o seguinte saldo:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Fundo Administrativo</b>	<b>3.277</b>	<b>3.413</b>
Cobertura do Ativo Permanente	540	597
Sobrecarga Administrativa	1.402	1.481
Fundo Especial para Contingencias	1.335	1.335

Por determinação da Diretoria Executiva, os fundos administrativos foram segregados entre: Cobertura do Ativo Permanente, resultado da posição no mês, do Ativo Permanente; Fundo Especial de Contingências, formado pela dotação especial quando da constituição da Entidade, oriunda do IASASC, deduzido de despesas autorizadas pelo Conselho Deliberativo e Sobrecarga Administrativa, resultado da diferença entre receitas e despesas administrativas. Durante o exercício não houve utilização do Fundo especial.

### **MUTAÇÕES PATRIMONIAIS – GESTÃO PREVIDENCIAL**

As mutações patrimoniais do plano de benefícios previdenciais no exercício é formado pelas adições, subtraídas as deduções por pagamentos de benefícios acrescidas ou deduzidas dos fluxos dos investimentos, da cobertura de despesas administrativas e da constituição de provisões matemáticas. Num plano instituído de contribuição definida, todo o resultado é distribuído aos participantes, através da constituição ou reversão de Provisões Matemáticas, desta forma não há formação de superávit ou déficit.

#### **I. Adições**

Representam todos os recursos que contribuíram para o aumento do ativo líquido do plano de benefícios durante o exercício.

Contribuições – representam as contribuições (adições) recebidas na gestão previdencial; Fluxo dos Investimentos – representa o resultado positivo dos investimentos.

## II. Deduções

Representam todos os recursos que contribuíram para a diminuição do ativo líquido do plano de benefícios durante o exercício.

Benefícios de Prestação Continuada, Resgates, Portabilidade, Pecúlio e outras Deduções – representam os recursos utilizados na cobertura dos benefícios da gestão previdencial;

Recursos Oriundos do PGA – representa valores transferidos do plano de gestão administrativa para o custeio do plano de benefícios dos empregados da Entidade;

Cobertura de despesas Administrativas – representa o valor transferido para o plano de gestão administrativa para a cobertura de despesas administrativas.

A composição da mutação patrimonial do plano previdencial está detalhada na Demonstração da Mutação do Ativo Líquido de Plano.

### **RECEITAS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

O custeio das despesas administrativas da Entidade teve como fontes de recursos, valores correspondentes a taxa de carregamento incidente sobre algumas contribuições dos participantes, custeio administrativo do plano de investimentos, receitas decorrentes do rebate de taxa de comissão pela venda de plano de cobertura de benefícios de risco, receitas indiretas e rendimento

das aplicações dos recursos investidos através do Plano de Gestão Administrativa. Carregamento Representa à taxa incidente sobre as contribuições dos participantes e assistidos, conforme plano de custeio.

a) Custeio Administrativos dos Investimentos  
Representa a receita da gestão advinda dos investimentos previdenciais para cobertura das despesas administrativas dos investimentos.

b) Receitas Diretas e Outras  
Registra receitas da Entidade decorrentes de comissões pela intermediação da cobertura de risco.

c) Resultado Positivo dos Investimentos  
Representa o resultado positivo dos investimentos dos recursos do Plano de Gestão Administrativa.

As despesas necessárias à administração da Entidade são registradas pelo Plano de Gestão Administrativa de acordo com a natureza, e o critério utilizado para o custeio administrativo é o custeio direto para a administração previdencial.

a) Administração Previdencial  
Representa a soma das despesas administrativas da gestão previdencial.

Os valores detalhados das receitas e despesas administrativas relacionadas a administração previdencial estão apresentados na Demonstração do Plano de Gestão Administrativa.

### CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em atendimento à legislação contábil aplicável ao segmento fechado de previdência complementar as demonstrações contábeis devem ser apresentadas segregadas por Plano de Benefícios Previdenciais e Plano de Gestão Administrativa e também consolidadas. O OABPREV-SC ao efetuar a consolidação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021, anulou através do balancete auxiliar a seguinte operação por apresentar reflexo de duplicidade no patrimônio consolidado da Entidade:

Conta Contábil	Participação no PGA	R\$ mil
	Nome da Conta	Valor
1.2.2.3	Participação no Plano de Gestão administrativa	3.277
2.3.2.2.02	Participação no Plano de Gestão administrativa	3.277

### PIS E COFINS

A Entidade contribui às alíquotas de 0,65% para PIS e 4% para a COFINS, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamento de aposentadorias, pensão, pecúlio e de resgate que compõem as provisões técnicas do plano previdencial).

### ADMINISTRAÇÃO E CUSTÓDIA DOS INVESTIMENTOS

Os investimentos dos recursos garantidores dos Planos administrados pela Entidade foram efetivados, nos exercícios sociais de 2021 e 2020, em estrita observância à Resolução CMN nº 4.661/2018, e à Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo, com o apoio de Consultoria Financeira Externa.

#### • Gestão de Recursos

Em conformidade com o Art. 3º, § 2º da Resolução CGPC nº. 12/2002 o OABPrev-SC terceiriza a gestão da sua carteira própria, dos recursos garantidores das provisões matemáticas, mediante contratação da Somma Investimentos, inscrita no CNPJ sob nº 05.563.299/0001-06, CVM 721-0, Mongeral Aegon Investimentos Ltda, CNPJ sob nº 16.500.294/0001-50, CVM 12799 e Vinci Gestão de Patrimônio Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 13.421.810/0001-63, CVM 11.836, instituições especializadas na gestão de recursos de terceiros.



- **Custódia**

De acordo com o art. 13 da Resolução CMN nº. 4.661/2018, os serviços de custódia e tesouraria são prestados pelo Banco Bradesco S.A., instituição financeira, inscrita no CNPJ 60.746.948/0001-12, CVM 12432, que atua como agente custodiante desde 12/04/2019. São responsáveis pelos fluxos de pagamentos e recebimentos relativos às operações realizadas no âmbito dos segmentos de renda fixa e renda variável, em contas próprias do OABPrev-SC.

#### **EVENTOS SUBSEQUENTES**

A Resolução CNPC nº 46 de 1 de outubro de 2021, na qual estabelece que as EFPC devem inscrever, cada plano de benefícios que administra, bem como o Plano de Gestão Administrativa – PGA, no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, conforme regulamentação da Receita Federal do Brasil. Atualmente, os planos de benefícios são inscritos em CNPB para controle da PREVIC, portanto, com esta determinação esses mesmos planos passarão a possuir CNPJ para controle da Receita Federal. O prazo para a operacionalização, nos termos da Resolução, se encerra no mês dezembro de 2022.

# RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Conselheiros e Diretores do

**OABPREV-SC - FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECCIONAL DE SANTA CATARINA**

Florianópolis/SC

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do OABPREV-SC - FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECCIONAL DE SANTA CATARINA, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano de benefícios, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidadas do OABPREV-SC - FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECCIONAL DE SANTA CATARINA, e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2021 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à OABPREV-SC - FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECCIONAL DE SANTA CATARINA, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outros assuntos

As demonstrações contábeis da OABPREV-SC - FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECCIONAL DE SANTA CATARINA para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram anteriormente por nós auditadas de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 03 de março de 2021, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável pela elaboração dessas outras informações que compreendem o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos. Nossa

opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a OABPREV-SC - FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECCIONAL DE SANTA CATARINA continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a OABPREV-SC - FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECCIONAL DE SANTA CATARINA, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da OABPREV-SC - FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECCIONAL DE SANTA CATARINA, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

EXACTO AUDITORIA LTDA.  
CRC/RS 1544

DANIEL EDUARDO  
RODRIGUES:22483039049

Assinado de forma digital por DANIEL  
EDUARDO RODRIGUES:22483039049  
Dados: 2022.03.16 11:21:01 -03'00'

DANIEL EDUARDO RODRIGUES  
CONTADOR CRC RS-030361/O-2  
CPF: 224.830.390-49

# GESTÃO DE PARTICIPANTES

O Plano de benefícios OABPrev-SC, em conformidade com a Resolução CNPC nº 32 de 04/12/2019, apresenta abaixo o resumo de 2021 de quantidade de participantes e assistidos, patrocinadores e instituidores, montante das contribuições recebidas e benefícios pagos.

Descrição	Valores
*Participantes Ativos	8.504
*Participantes Aposentados	63
*Benefícios de Pensão	48
*Instituidor	3
**Contribuições Recebidas	R\$ 28.986.399,86
**Portabilidades Recebidas	R\$ 777.415,65
**Pagamentos de Resgates	R\$ 7.949.827,45
**Pagamentos de Benefícios	R\$ 2.496.714,55
**Pagamentos de Portabilidades	R\$ 339.148,03

\*Posição em 31/12/2021  
\*\*Período de 01/2021 a 12/2021

# ÍNDICES

## **Taxa de Administração**

Em 2021 a taxa de administração foi de 0,35% ao ano

## **Despesas Administrativas sobre o Total de Participantes**

Em 2021 foi de R\$ 259,32

## **Despesas Administrativas sobre o Ativo Total**

Em 2021 foi de 1%

## **Despesa de Pessoal**

Em 2021 foi de R\$ 1055639,76

## **Taxa de Carregamento**

Em 2021 a taxa de carregamento foi de 0,00% ao ano

## **Despesa Administrativa sobre os recursos garantidores dos planos de benefício de caráter previdenciário administrados**

Em 2021 foi de 1,02%

## **Despesas Administrativas sobre as Receitas Administrativas**

Em 2021 foi de 106,98%

## **Evolução do Fundo Administrativo**

Em 2021 o Fundo Administrativo reduziu 3,78% fechando em R\$ 3276443,2

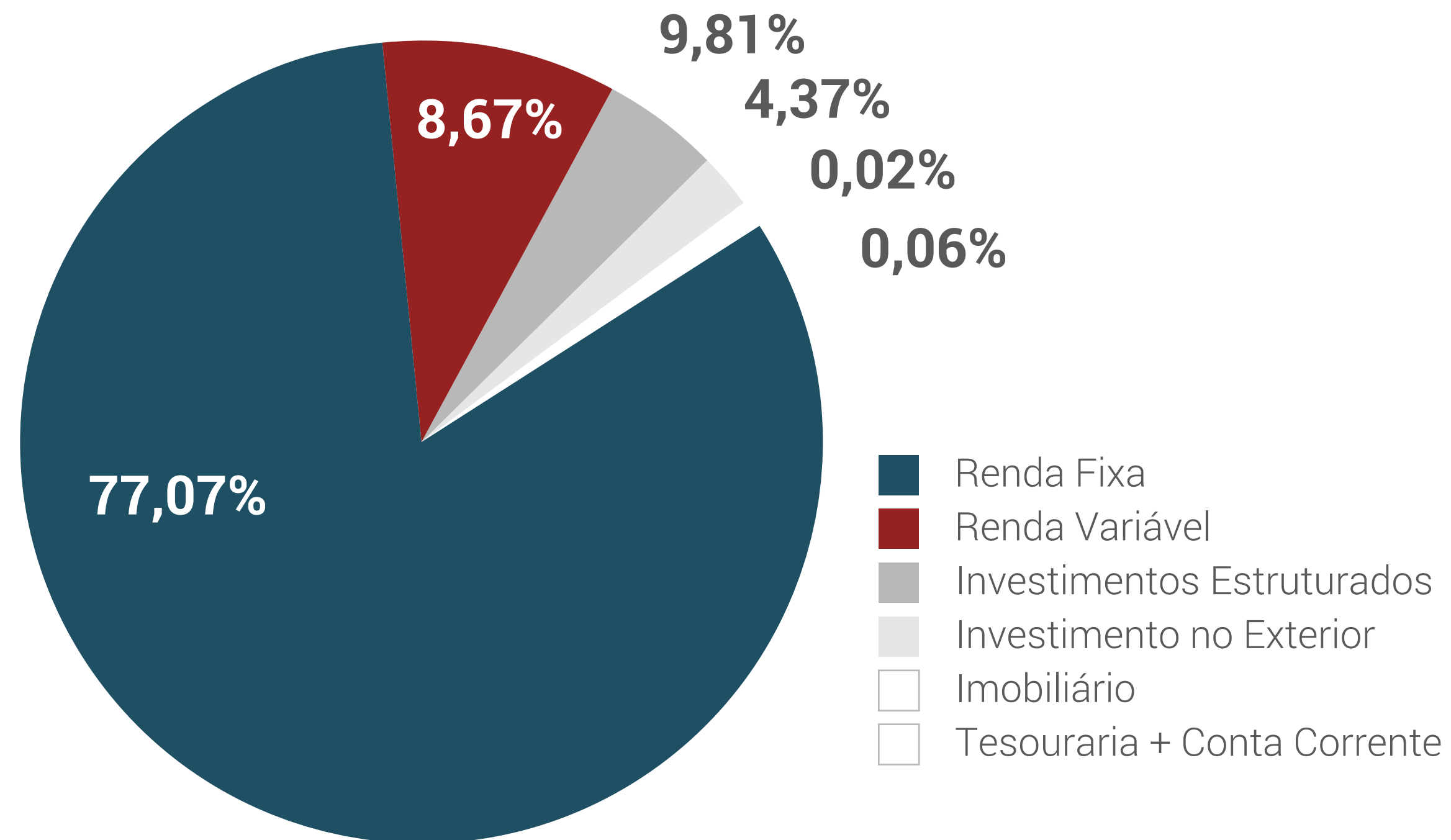
# DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

Conforme Resolução MPS/CNPC N°23, de 06 de dezembro de 2006, Art.º 3, o OABPrev-SC vem por meio deste relatório, disponibilizar aos participantes as informações referentes aos investimentos da Entidade durante o ano de 2021.

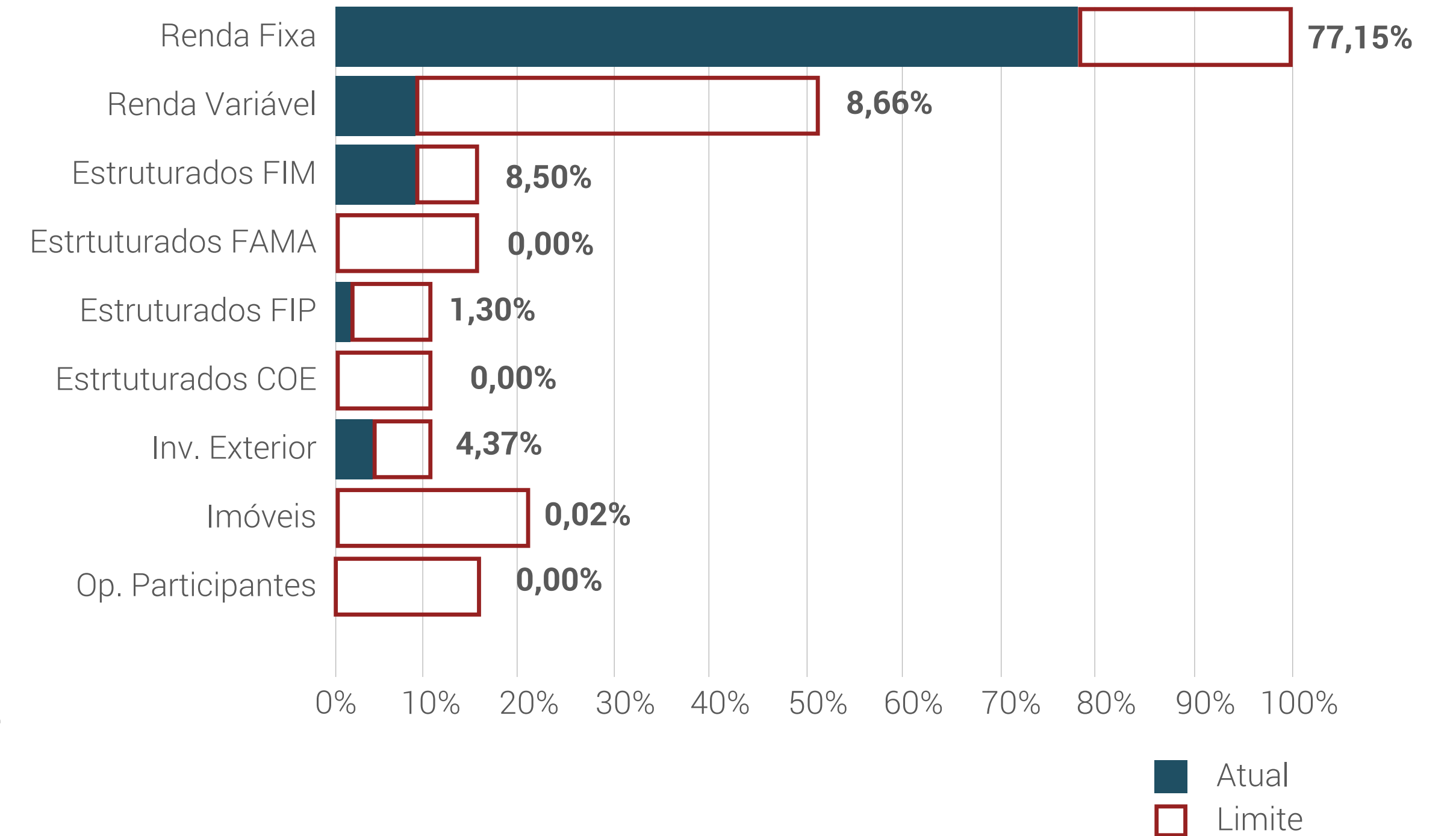
## QUADRO 01 – ALOCAÇÃO DE RECURSOS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	Política de Investimentos				Resolução		
	2021 - OABPrev-SC		2020 - OABPrev-SC		4.661		
Programa de Investimentos	31/12/2021	%	31/12/2020	%	Inferior	Superior	Máximo
Renda Fixa	175.264.776,65	77,07%	164.894.423,75	78,55%	50,0%	100,0%	100,0%
Renda Variável	19.709.225,71	8,67%	21.004.458,60	10,01%	0,0%	50,0%	70,0%
Investimentos Estruturados	22.303.742,72	9,81%	18.365.812,75	8,75%	0,0%	20,0%	20,0%
Investimentos no Exterior	9.945.648,54	4,37%	3.078.420,15	1,47%	0,0%	10,0%	10,0%
Imobiliário	45.517,84	0,02%	2.073.221,74	0,99%	0,0%	20,0%	20,0%
Empréstimos a Participantes	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,0%	15,0%	15,0%
<b>CARTEIRA TOTAL</b>	<b>227.268.911,45</b>	<b>99,94%</b>	<b>209.416.337,00</b>	<b>99,76%</b>			
Tesouraria + Conta Corrente	146.865,63	0,06%	496.268,43	0,24%			
<b>PATRIMÔNIO TOTAL</b>	<b>227.415.777,08</b>	<b>100,00%</b>	<b>209.912.605,43</b>	<b>100,00%</b>			

## Distribuição da Carteira



## Limites de Alocação por Segmento





## Quadro 02 – Composição dos Investimentos por Aplicação

Modalidade de Investimentos	31/12/2021	%	31/12/2020	%
<b>RENDA FIXA</b>	<b>170.687.583,18</b>	<b>75,06%</b>	<b>154.251.074,31</b>	<b>73,48%</b>
Letras Financeiras do Tesouro	33.073.744,55	14,54%	18.729.038,26	8,92%
Notas do Tesouro Nacional - Série B	38.090.726,91	16,75%	44.714.399,79	21,30%
Operações Compromissadas (over)	24.011.746,28	10,56%	39.335.542,66	18,74%
Letras Financeiras	26.095.240,97	11,47%	14.394.579,80	6,86%
Debêntures	10.886.909,17	4,79%	3.773.070,14	1,80%
Itau Soberano FI Ref. DI	0,00	0,00%	1.309.211,72	0,62%
Mongeral Aegon Inst. FI RF Créd. Priv.	9.244.838,27	4,07%	10.588.775,45	5,04%
SOMMA Torino FI Renda Fixa CP	22.843.879,45	10,04%	21.406.456,50	10,20%
Bradesco Federal Extra FI RF Ref. DI	1.142.548,53	0,50%	0,00	0,00%
MAG CP 30 FI RF CP LP	2.009.061,32	0,88%	0,00	0,00%
JGP Corporate FIC RF CP LP	1.411.796,48	0,62%	0,00	0,00%
SPX Seahawk FIC RF CP LP	1.877.091,25	0,83%	0,00	0,00%
<b>MULTIMERCADOS</b>	<b>23.650.878,27</b>	<b>10,40%</b>	<b>28.103.851,48</b>	<b>13,39%</b>
Bahia AM Maraú FIC Multimercado	0,00	0,00%	645.593,68	0,31%
SOMMA Polaris FIC Multimercado	2.564.473,15	1,13%	2.662.474,10	1,27%
Solis Capital Antares FIC Multimercado CP LP	0,00	0,00%	2.410.655,01	1,15%
Vista Hedge FIC FIM	2.112.125,18	0,93%	0,00	0,00%
Mauá Institucional FIC Multimercado	0,00	0,00%	1.191.124,84	0,57%
Mongeral Aegon Macro FIC FIM	4.945.035,17	2,17%	4.891.270,40	2,33%

<b>MULTIMERCADOS</b>	<b>23.650.878,27</b>	<b>10,40%</b>	<b>28.103.851,48</b>	<b>13,39%</b>
TG Safira FIC Multimercado	0,00	0,00%	2.740.676,82	1,31%
Novus Capital Institucional FIC Multimercado	0,00	0,00%	2.487.330,55	1,18%
Vinci Multiestratégia FI Multimercado	706.065,01	0,31%	687.792,37	0,33%
Vinci Valorem FI Multimercado	1.604.691,29	0,71%	1.547.487,07	0,74%
Kapitalo K Indus FIC Multimercado	0,00	0,00%	1.275.610,47	0,61%
Vinci Atlas Institucional FIC Multimercado	1.394.584,69	0,61%	1.447.244,06	0,69%
Kinea Atlas II FI Multimercado	1.352.926,26	0,59%	1.560.713,40	0,74%
Legacy Capital FIC Mulmercado	1.381.291,55	0,61%	1.585.545,79	0,76%
Kapitalo Z Volans FIC FIM	1.370.355,52	0,60%	0,00	0,00%
Kadima II FIC Multimercado	1.556.946,21	0,68%	0,00	0,00%
A1 Hedge VNC FIC Multimercado	1.369.609,93	0,60%	1.451.862,70	0,69%
DAHLIA Total Return FIC Multimercado	1.295.936,01	0,57%	1.518.470,22	0,72%
SOMMA Institucional FI Multimercado	1.996.838,32	0,88%	0,00	0,00%
<b>FUNDOS EM PARTICIPAÇÕES</b>	<b>2.960.585,89</b>	<b>1,30%</b>	<b>2.884.850,35</b>	<b>1,37%</b>
Lacan Florestal FIP	1.632.535,85	0,72%	1.881.443,43	0,90%
Lacan Florestal II FIP	1.328.050,04	0,58%	1.003.406,92	0,48%
<b>RENDA VARIÁVEL</b>	<b>19.967.850,78</b>	<b>8,78%</b>	<b>21.241.893,28</b>	<b>10,12%</b>
Navi institucional FIC Ações	2.673.000,64	1,18%	2.804.791,72	1,34%
Vinci fatorial Dinâmico FI Ações	1.342.309,10	0,59%	1.432.777,92	0,68%
Brasil Capital 30 Institucional FIC Ações	1.667.725,74	0,73%	0,00	0,00%

<b>RENDA VARIÁVEL</b>	<b>19.967.850,78</b>	<b>8,78%</b>	<b>21.241.893,28</b>	<b>10,12%</b>
Absolute Partners Institucional V FIC Ações	1.903.971,61	0,84%	2.603.294,07	1,24%
Velt Institucional FIC Ações	1.983.326,69	0,87%	0,00	0,00%
Vista FIC Ações	2.444.119,03	1,07%	0,00	0,00%
Clave V Institucional FIC Ações	787.760,10	0,35%	0,00	0,00%
MOAT Capital FIC Ações	2.078.166,96	0,91%	0,00	0,00%
Mongeral Aegon FI Ações	0,00	0,00%	1.749.171,02	0,83%
VINCI Gas Dividendos FI Ações	1.348.191,25	0,59%	1.523.866,91	0,73%
Miles Virtus B FIC Ações	1.225.837,37	0,54%	1.391.293,76	0,66%
Opções	79.122,29	0,03%	1.077.349,39	0,51%
Ações	2.434.320,00	1,07%	8.659.348,50	4,13%
<b>INVESTIMENTOS NO EXTERIOR</b>	<b>9.956.709,41</b>	<b>4,38%</b>	<b>2.934.667,57</b>	<b>1,40%</b>
Open Vista Tecnologia Global FIM IE	2.305.480,38	1,01%	0,00	0,00%
LyxorBridgewater Global IE FI Ações	2.192.441,13	0,96%	0,00	0,00%
OAKTREE Global Credit BRL IE FIM	1.557.654,79	0,68%	0,00	0,00%
MAG Global Sustainable IE FIM	3.144.120,31	1,38%	0,00	0,00%
Vinci Internacional IE FIC Multimercado	757.012,80	0,33%	360.831,12	0,17%
Mongeral Aegon Multimercado IE	0,00	0,00%	2.573.836,45	1,23%
<b>IMOBILIÁRIO</b>	<b>45.303,91</b>	<b>0,02%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
Vinci FULWOOD FII	45.303,91	0,02%	0,00	0,00%
<b>TESOURARIA</b>	<b>146.865,63</b>	<b>0,06%</b>	<b>496.268,43</b>	<b>0,24%</b>
Saldo em Conta Corrente + Caixa	146.865,63	0,06%	496.268,43	0,24%
<b>Total</b>	<b>227.415.777,08</b>	<b>100,00%</b>	<b>209.912.605,43</b>	<b>100,00%</b>

Os Quadros 01 e 02 relacionam o montante dos investimentos do OABPrev-SC com gestão terceirizada em 31/12/2021 em reais e percentuais relativos ao total de investimentos da Entidade. O quadro 1 segrega os investimentos por segmentos, considerando os limites previstos na resolução BACEN/CMN nº 4.661, bem como em relação aos limites aprovados na Política de Investimentos. O quadro 02, demonstra a carteira de investimentos do OABPrev-SC de forma aberta.

#### QUADRO 03 – DISTRIBUIÇÃO POR GESTOR TERCEIRIZADO

GESTORES	31/12/2021	%
SOMMA Investimentos	86.483.625,12	38,03%
Mongeral Aegon Investimentos	96.183.264,45	42,29%
Vinci Gestão de Patrimônio	44.748.887,51	19,68%
Total dos Recursos Garantidores	227.415.777,08	100,00%

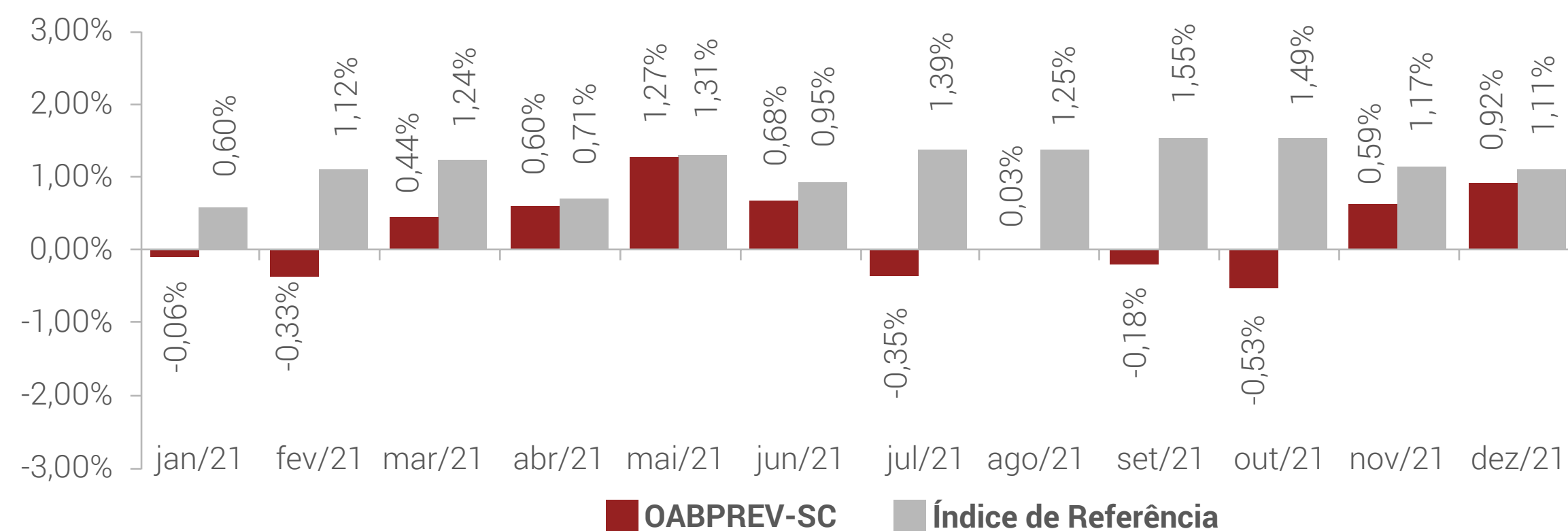
Conforme previsto pelo órgão regulador, os planos instituídos devem ter seus ativos geridos integralmente por instituição autorizada para referida atividade. A carteira do OABPrev-SC é gerida pela SOMMA Investimentos, Mongeral Aegon Investimentos e Vinci Gestão de Patrimônio.

#### QUADRO 04 – COMPARATIVO DE RENTABILIDADE

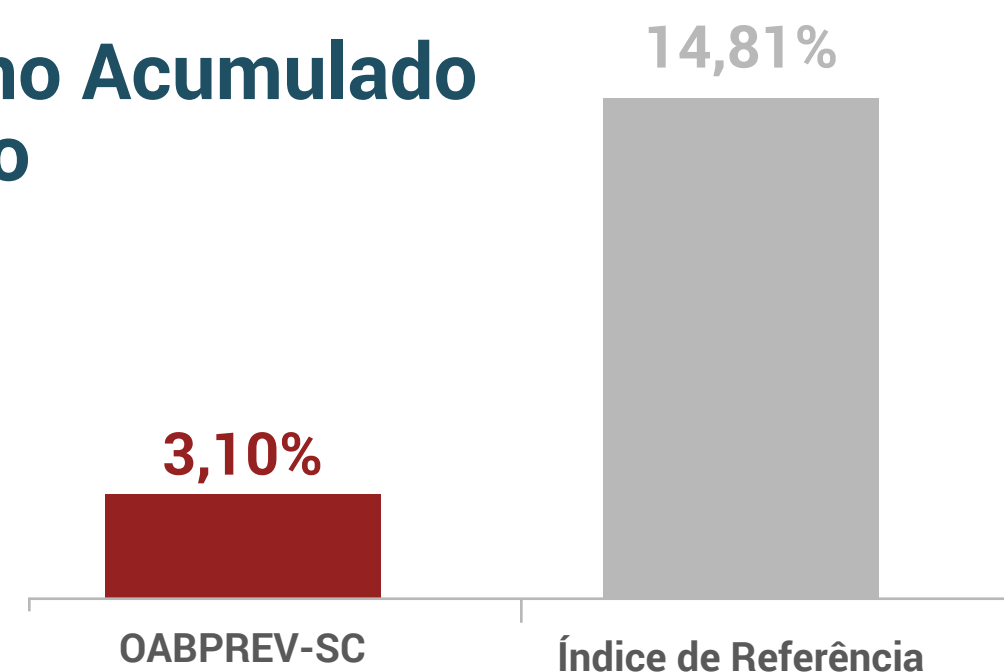
Rentabilidade por Segmento	OABPrev em %	Benchmark	em %	Comparativo no Ano (diferença)
Renda Fixa	7,81%	CDI + 1,00% a.a.	<b>5,44%</b>	<b>2,37 p.p (excesso)</b>
Renda Variável	-15,23%	IBrX-100	<b>-11,17%</b>	<b>-4,06 p.p (excesso)</b>
Investimentos estruturados	0,34%	INPC + 5,00% a.a.	<b>15,67%</b>	<b>-15,33 p.p (excesso)</b>
Investimentos no Exterior	9,55%	MSCI Global (BRL)	<b>29,01%</b>	<b>-19,46 p.p (excesso)</b>
Imóveis	15,55%	INPC + 5,00% a.a.	<b>15,67%</b>	<b>-0,12 p.p (excesso)</b>
Operações com Participantes	-	INPC + 8,00% a.a.	<b>18,97%</b>	<b>não investiu em Operações com Participantes</b>
Retorno Consolidado Obtido	3,10%	INPC + 4,24% a.a.	<b>14,81%</b>	<b>20,93% do índice de referência</b>

O índice de referência é INPC + 4,24%. Em 2021, totalizou 14,81%.

### Retorno Mensal



### Retorno Acumulado no Ano



Em 2021, tanto no cenário internacional quanto no cenário nacional a recuperação da atividade econômica foi o principal destaque. Com o desenvolvimento e a rápida distribuição de vacinas em grande parte dos países observou-se a recuperação do setor de serviços – o mais afetado pela pandemia.

No entanto, o recobro da economia veio acompanhado de inflação alta e persistente. Dado o efeito global da pandemia, a inflação apresentou comportamento semelhante na maioria dos países, tanto desenvolvidos quanto emergentes. No Brasil a inflação ao consumidor terminou o ano em 10,06%, na Zona do Euro em 5,06% e nos Estados Unidos em 5,8%, maior alta em quase 40 anos. Ao se observar o efeito da inflação nos setores a alta de preços ocorreu de maneira generalizada, com os preços de serviços voltando a se recuperar - consequência a reabertura da economia e da demanda deprimida - e com o preço dos bens industriais ainda elevados - em função da permanência de gargalos de oferta que tiveram início em 2020.

Como consequência da maior inflação, os principais bancos centrais iniciaram seus processos de aperto monetário. Nos EUA, por exemplo, apesar de não terem sido elevadas as taxas de juros, foi iniciada a redução de compras de ativos, ou seja, a redução da injeção de dinheiro na mão da população. O Brasil, por sua vez, também iniciou o processo, com o Banco Central elevando a Selic de 2,0% a.a. para 9,25% a.a e colocando a política monetária em patamar contracionista.

Por fim, o cenário político brasileiro continuou marcado por incertezas fiscais, apesar da melhora do quadro fiscal atual. O aumento da arrecadação e a redução de despesas relacionadas à Covid fez com que o país terminasse o ano com um superávit primário de 0,8% do PIB – o primeiro desde 2013. No entanto, discussões sobre novos programas sociais e sobre o pagamento de precatórios permaneceram, de modo que o ambiente fiscal continuasse rodeado de incertezas.

Neste ambiente, a rentabilidade líquida dos participantes do OABPrev-SC foi de 3,10%, equivalente a 71%CDI e atingindo 21% do seu índice de referência que acumulou 14,81% no ano.

#### QUADRO 05 – DESPESAS REFERENTES A ADMINISTRAÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

Custos	Ano de 2021
Taxa de Administração	-401.148,33
Taxa de Custódia	-98.733,08
Cetip	-48.721,48
Selic	-5.711,12
Anbima	-19.202,92
Fiscalização CVM	-50.069,11
<b>Gestão Externa</b>	<b>-623.586,04</b>

As despesas referentes a administração da carteira de investimentos, são oriundas do processo de gestão dos investimentos das Entidades.

Custódia: Itaú Unibanco S.A.

Gestão: SOMMA Investimentos S.A., Mongeral Aegon Investimentos e Vinci Gestão de Patrimônio.

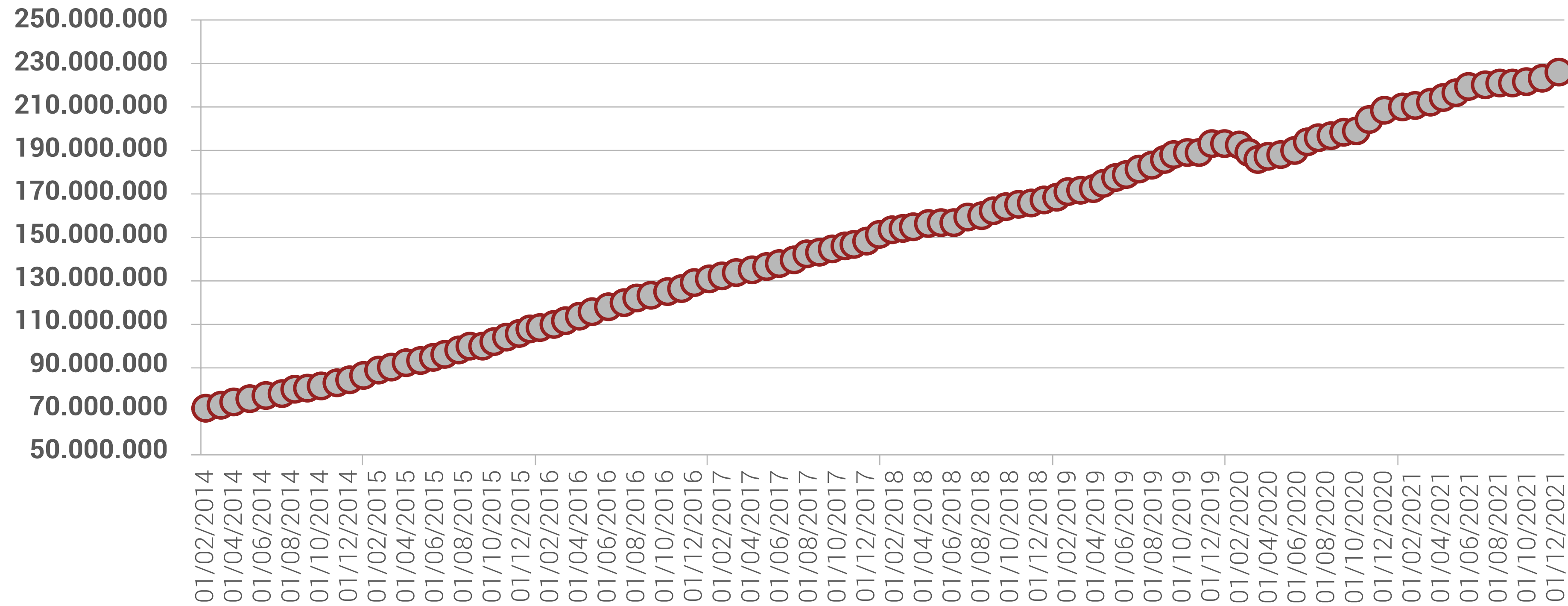
Administração: Intrag DTVM. S.A

Nos retornos informados no Quadro 04 já estão deduzidos os custos apresentados no quadro ao lado.

#### QUADRO 06 – EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Descrição	
Saldo Inicial	209.912.605,43
Contribuições Líquidas	10.560.000,00
Rentabilidade dos Ativos	6.943.171,65
<b>Patrimônio ao Final de 2021</b>	<b>227.415.777,08</b>
<b>Administrador Tecnicamente Qualificado</b>	

## Evolução Patrimonial no Ano



**YURI CARIONI ENGELKE**  
Diretor Financeiro

# INFORMAÇÕES SEGREGADAS DE DESPESAS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS 2021

	2021	2020	Varição
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>1.055.639,76</b>	<b>843.666,79</b>	<b>25,13%</b>
<b>Treinamentos/Congressos e Seminários</b>	<b>25.330,40</b>	<b>30.219,64</b>	<b>-16,18%</b>
<b>Viagens e Estádias</b>	<b>0,00</b>	<b>5.161,04</b>	<b>-100,00%</b>
<b>Serviços Terceiros</b>	<b>761.730,69</b>	<b>718.805,61</b>	<b>5,97%</b>
Consultoria Atuarial	19.298,00	12.000,00	60,82%
Consultoria Contábil	10.269,00	74.853,37	-86,28%
Serviço de Recursos Humanos	0,00	3.998,00	-100,00%
Serviço de Informática	88.310,98	242.059,56	-63,52%
Consultoria Jurídica	8.727,00	42.271,50	-79,35%
Auditoria Contábil	16.800,00	16.800,00	0,00%
Consultoria de Investimentos	29.510,35	46.858,79	-37,02%
Serviços Conservação e Manutenção	16.696,62	10.171,81	64,15%
Administração Passivo	281.985,08	0,00	100,00%
Assessoria de Comunicação	20.400,00	20.215,25	0,91%
Despesas bancárias	243.723,66	249.577,33	-2,35%
Publicidade e Propaganda	25.770,00	0,00	100,00%



	2021	2020	Varição
Outras	240,00	0,00	100,00%
<b>Despesas gerais</b>	<b>247.778,69</b>	<b>248.327,42</b>	<b>-0,22%</b>
Associações de Classe	13.723,15	9.662,32	42,03%
Brindes	21.148,45	19.293,71	9,61%
Cartório	426,96	461,32	-7,45%
Condomínio	11.918,22	20.698,88	-42,42%
Correios	1.706,97	1.882,71	-9,33%
Energia Elétrica	8.338,29	7.288,99	14,40%
Eventos e Promoções	62.083,67	33.222,44	86,87%
Internet	3.058,22	6.832,06	-55,24%
Lanches e Refeições	782,09	503,62	55,29%
Locomoção	2.122,08	1.047,28	102,63%
Material de Consumo	3.076,75	4.854,68	-36,62%
Material de Expediente	2.124,76	1.015,97	109,14%
Manutenção e Conserto	909,00	13.279,18	-93,15%
Publicidade e Propaganda	23.800,25	87.444,95	-72,78%
Telefonia	13.077,84	19.574,81	-33,19%

	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>Variação</b>
Locações	5.072,00	0,00	100,00%
Patrocínios	53.500,00	0,00	100,00%
Seguros	6.514,55	6.750,40	-3,49%
Tarifas Públicas	5.036,17	5.267,30	-4,39%
Equipamentos de pequeno valor	1.006,80	669,00	50,49%
Certificadora	1.213,00	5.296,00	-77,10%
Uniformes	2.308,50	0,00	100,00%
Criação e Desenvolvimento	1.330,00	1.907,20	-30,26%
Medicina Ocupacional	3.130,00	0,00	100,00%
Outras	370,97	1.374,60	-73,01%
<b>Depreciações</b>	<b>67.082,93</b>	<b>42.192,48</b>	<b>58,99%</b>
<b>Tributos</b>	<b>126.005,97</b>	<b>135.772,50</b>	<b>-7,19%</b>
PIS	14.873,34	18.496,03	-19,59%
COFINS	91.528,19	113.776,47	-19,55%
TAFIC	19.500,00	3.500,00	457,14%
Taxas e Tributos Municipais	104,44	0,00	100,00%
<b>Total</b>	<b>2.283.568,44</b>	<b>2.024.145,48</b>	<b>12,82%</b>

# POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos do Plano PGA, administrado pelo OABPREV-SC, referente ao exercício de 2022, objetiva:

- a) Estabelecer diretrizes e medidas a serem observadas por todas as pessoas, internas ou externas à Entidade, que participam do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos do plano, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada;
- b) Dar transparência aos patrocinadores, participantes e assistidos em relação aos principais aspectos relacionados à gestão dos investimentos e riscos.

No processo de planejamento desta política, a Entidade adotou o horizonte de 60 (sessenta) meses, prevendo revisões anuais. Os limites e critérios utilizados decorrem e se fundamentam na regulamentação do setor, sobretudo na Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018 e nas Instruções Normativas da Previc nº 35, de 11 de novembro de 2020 e nº 12, de 21 de janeiro de 2019.

Na elaboração desta Política de Investimentos foram empregadas técnicas de análises de cenários e de riscos, avaliações e projeções de indicadores econômicos, considerando a modalidade do Plano CD, suas especificidades, necessidades de liquidez e os fluxos esperados de pagamentos dos ativos. As conclusões obtidas com estes estudos oferecem subsídios para a definição das diretrizes de alocação expressas nesta política.

## ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DE INVESTIMENTOS

A estrutura de governança de investimentos destina-se a distribuir competências entre os diferentes níveis organizacionais, atribuindo-lhes responsabilidades associadas a objetivos de atuação, inclusive com o estabelecimento de alçadas de decisão de cada instância.

### Responsabilidades e deveres individuais comuns a todos

A pessoa, física ou jurídica, interna ou externa à EFPC, que participe do processo de gestão dos investimentos, em qualquer de suas etapas, independentemente de cargo, atribuição ou função desempenhada, mesmo que não possua qualquer poder deliberativo, atuando direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica contratada, na aplicação dos recursos dos planos, além das obrigações legais e regulamentares, deve:

- I. Ter pleno conhecimento, cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares;
- II. Possuir capacidade técnica, conhecimentos e habilidades compatíveis com as responsabilidades inerentes ao exercício profissional de cargo, emprego ou função relacionada à gestão de investimentos;
- III. Observar atentamente a segregação de funções, abstendo-se de realizar tarefas ou atividades que possam comprometer a lisura de qualquer ato, próprio ou de terceiros, devendo comunicar de imediato ao seu superior imediato ou ao órgão colegiado que seja membro;

IV. Não tomar parte em qualquer atividade, no exercício de suas funções junto à EFPC ou fora dela, que possa resultar em comprovado conflito de interesses; e

V. Comunicar imediatamente a identificação de qualquer situação em que possa ser identificada ação, ou omissão, que não esteja alinhada aos objetivos dos planos administrados pela EFPC, independentemente de obtenção de vantagem para si ou para outrem, da qual resulte ou não prejuízo.

#### **Distribuição de competências**

Apresentam-se, a seguir, as principais atribuições de cada um dos órgãos de governança da Entidade, sem prejuízo de atribuições adicionais definidas em documentos internos:

#### **Conselho Deliberativo**

Aprovar a Política de Investimentos e suas respectivas atualizações anuais.

#### **Conselho Fiscal**

Fiscalizar o cumprimento das disposições da Política de Investimentos e suas respectivas atualizações anuais. Fiscalizar a aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios e

do Plano de Gestão Administrativa. Manifestar-se no relatório semestral de controle interno sobre a aderência da gestão à presente política. Este Relatório contempla, no mínimo, os seguintes aspectos:

- Conclusões dos exames efetuados, inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à Política de Investimentos, sobre a aderência das premissas e hipóteses atuariais e sobre a execução orçamentária;
- Recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronograma de saneamento das mesmas, quando for o caso;
- Análise de manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores, bem como análise das medidas efetivamente adotadas para saná-las.

## Diretoria Executiva

Propor a Política de Investimentos, bem como as suas respectivas atualizações anuais.

### Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ)

#### Responsabilidades

- Providenciar todo o necessário para a implementação da Política de Investimentos, responsabilizando-se pelas ações e coordenação das atividades de investimento.

#### Objetivos

- Dirigir as atividades de investimento, assumindo o encargo de ser o principal responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos dos planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos.

### Administrador Responsável pela Gestão de Risco (ARGR)

#### Responsabilidades

- Providenciar todo o necessário para a implementação das ações de gerenciamento de riscos, responsabilizando-se pelas ações e coordenação das atividades voltadas a esse propósito.

#### Objetivos

- Dirigir as atividades de identificação, análise, avaliação, controle e monitoramento dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal, sistêmico e outros inerentes a cada operação.

## Analista de Investimentos e Riscos – Aditus Consultoria

#### Responsabilidades

- Participar da elaboração e análise de pareceres, contratos, convênios e outros documentos relacionados com as atividades de sua área de atuação.

- Consultar, analisar e/ou acompanhar alterações da legislação pertinente, a aplicabilidade de leis, normas, regulamentos, modelos, métodos e práticas relacionadas com as atividades de sua área de atuação.

- Realizar inspeções e emitir pareceres técnicos sempre que necessário, sobre assuntos relacionados a sua área de atuação.

- Planejar, elaborar, analisar e emitir pareceres sobre planos, programas, projetos relativos à sua área de atuação.

#### Objetivos

- Desta forma, com o intuito de caracterizar as responsabilidades dos técnicos diretamente relacionados aos investimentos relevantes

- Possibilitar o conhecimento das modificações normativas e subsidiar a construção de alternativas de investimento, considerando as restrições existentes na regulamentação vigente.

- Participar de atividades de avaliação de prestadores de serviço, a fim de subsidiar as decisões relativas aos terceirizados.

- Executar as atividades de planejamento, controle e demais rotinas correspondentes à sua área de atuação.

## Responsabilidades

- Zelar pela aplicação diligente dos recursos e pela manutenção dos níveis de risco dentro dos parâmetros definidos.
- Manter a documentação referente à sua atividade (pareceres e relatórios internos, atas, contratos, apresentações etc.) sob sigilo e devidamente arquivada.
- Identificar e analisar oportunidades de investimento no mercado.
- Subsidiar, quando solicitado, os demais integrantes da EFPC nas suas atividades profissionais, oferecendo suporte técnico nas deliberações a serem proferidas.

## Objetivos

- Possibilitar a realização da gestão dos investimentos em linha com os princípios e propósitos estabelecidos na legislação e na política de investimentos, perseguindo níveis de rentabilidade suficientes para o atingimento das metas, dentro dos parâmetros de risco definidos.
- Possibilitar o controle e rastreabilidade das decisões proferidas.
- Colaborar com a gestão da EFPC na identificação de oportunidades de alocação, enviando a Diretoria a proposta de realização de determinada operação.
- Auxiliar na elaboração de relatórios, estudos, análises e pareceres com a finalidade de subsidiar a tomada de decisão.

## Política de Alçadas

A EFPC estabelece que qualquer operação envolvendo montante financeiro superior a 20% do total dos recursos garantidores (RGT) estará sujeita à aprovação prévia do Conselho Deliberativo. Nas demais operações abaixo do referido limite, a EFPC estabelece a seguinte parametrização de alçadas de decisão de cada instância:

### LIMITES DE ALÇADA

Limites de Alçada	Ano de 2021	
<b>Carteira Própria e Fundos Exclusivos (gestão não discriminaria)</b>	<b>% RGT</b>	<b>Competência</b>
Títulos Públicos	10%	Diretoria Executiva
Ativos com exposição ao risco de crédito	5%	Diretoria Executiva
Ativos de renda variável	8%	Diretoria Executiva
Empréstimos de valores mobiliários	1%	Diretoria Executiva
<b>Fundos de Investimento (gestão discricionária)</b>	<b>% RGT</b>	<b>Competência</b>
Fundos de Investimento – Renda Fixa	10%	Diretoria Executiva
Fundos de Investimento – Renda Variável	8%	Diretoria Executiva
Fundos de Investimento – Estruturado	10%	Diretoria Executiva
Fundos de Investimento – Imobiliário	10%	Diretoria Executiva
Fundos de Investimento - Exterior	5%	Diretoria Executiva

## **Conflitos de Interesse**

O conflito de interesse será configurado em quaisquer situações em que possam ser identificadas ações que não estejam alinhadas aos objetivos do plano administrado pela EFPC independentemente de obtenção de vantagem para si ou para outrem, da qual resulte ou não prejuízo.

### **Operações comerciais e financeiras não autorizadas**

É vedado à EFPC realizar quaisquer operações comerciais e financeiras:

- I. Com seus administradores, membros dos conselhos estatutários e respectivos cônjuges ou companheiros, e com seus parentes até o segundo grau;
- II. Com empresa de que participem as pessoas a que se refere o item anterior, exceto no caso de participação de até cinco por cento como acionista de empresa de capital aberto; e
- III. Tendo como contraparte, mesmo que indiretamente, pessoas físicas e jurídicas a elas ligadas.

A referida vedação não se aplica ao patrocinador, aos participantes e aos assistidos, que, nessa condição, realizarem operações com a Entidade de previdência complementar, nos termos e condições previstos na Res. CMN nº 4.661/2018.

## **Público Interno – Participantes do processo decisório e de assessoramento**

A EFPC não autoriza a realização de atividades em que os agentes envolvidos possam estar em situação de conflitos de interesses, real, potencial ou aparente. Assim, qualquer participante do processo decisório e de assessoramento nos investimentos que incorra em evento de potencial conflito de interesses, ou em quaisquer outras decisões que puderem beneficiá-lo de modo particular, ainda que indiretamente, ou em que tiver interesse conflitante com o do plano de benefícios, não poderá se manifestar em nenhuma das fases do processo decisório ou de assessoramento, devendo proceder a imediata declaração de impedimento ou suspeição.

Para fins desta política, caracterizam eventos de potenciais conflitos de interesse, especialmente, mas não se limitando, em casos de:

- I. Situações de relacionamentos próximos com pessoas físicas ou jurídicas que tenham interesses em decisões ou informações confidenciais da Entidade ou seus patrocinadores;
- II. Exercício de atividades incompatíveis com as atribuições do cargo ou função, ou a favor de terceiros, em detrimento aos objetivos da Entidade;
- III. Divulgar ou fazer uso de informações privilegiadas obtidas em função do cargo ou das atividades exercidas;
- IV. Atuar, direta ou indiretamente, em favor de interesses próprios ou de terceiros perante órgão regulador ou fiscalizador em razão do exercício do cargo.

## Público Externo – Prestadores de serviços

Qualquer pessoa física ou jurídica que venha a prestar serviços relacionados a gestão dos investimentos da Entidade, deverá exercer sua atividade no estrito interesse dos participantes e beneficiários dos planos, em total ausência de conflito de interesses, real, potencial ou aparente. Neste propósito, os contratos firmados com prestadores de serviços, bem como a seleção de tais prestadores, buscarão incorporar critérios e checagens que visem à mitigação de conflitos de interesses.

## RELACIONAMENTO COM PRESTADORES DE SERVIÇOS E GESTÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO

No relacionamento com prestadores de serviços, além das medidas de avaliação da capacidade técnica e de mitigação de conflitos de interesse descritas no capítulo anterior, a EFPC define critérios visando à impessoalidade, à concorrência e à transparência, a serem observados nas fases de seleção e monitoramento.

Adicionalmente aos critérios estabelecidos na IN Previc nº 12, os gestores de recursos deverão ser preferencialmente associados à Anbima, observando os princípios e regras do Código de Regulação e Melhores Práticas.

## ALOCAÇÃO DE RECURSOS

A alocação dos recursos permanentemente respeitará os limites fixados nesta política de investimentos. Para a composição do portfólio, buscar-se-á gradual convergência aos alvos definidos para cada segmento e mandato, exceto na superveniência de abrutadas alterações conjunturais que possam implicar riscos adicionais decorrentes de cenários adversos.

A definição dos parâmetros inferiores e superiores para cada limite de alocação visa dar flexibilidade para a realização de Investimentos Táticos, que nada mais são que posicionamentos de curto prazo com o propósito de proteger a carteira ou de aproveitar oportunidades de mercado.

### ALOCAÇÃO DE RECURSOS PGA - LIMITES E ALVOS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

Segmento	Limite Legal	Limites	
		Inferior	Superior
Renda Fixa	100%	67,00%	100,00%
Renda Variável	70%	0,00%	10,00%
Estruturado	20%	0,00%	20,00%
Imobiliário	20%	0,00%	20,00%
Operações com participantes	15%	0,00%	0,00%
Exterior	10%	0,00%	5,00%



## ALOCAÇÃO DE RECURSOS PLANO CD - LIMITES E ALVOS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

Segmento	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limites	
			Inferior	Superior
Renda Fixa	100%	65,00%	50,00%	100,00%
Renda Variável	70%	15,00%	0,00%	50,00%
Estruturado	20%	15,00%	0,00%	20,00%
Imobiliário	20%	0,00%	0,00%	20,00%
Operações com participantes	15%	0,00%	0,00%	15,00%
Exterior	10%	5,00%	0,00%	10,00%

## RENTABILIDADE E BENCHMARKS

A rentabilidade auferida pelo plano e por cada segmento de aplicação nos últimos 5 (cinco) exercícios, de forma acumulada e por exercício encontra-se registrada na tabela a seguir.

### RENTABILIDADE PASSADA<sup>1</sup> PGA E PLANO CD – PLANO E SEGMENTOS DE ALOCAÇÃO

SEGMENTO	2017	2018	2019	2020	2021 <sup>2</sup>	ACUMULADO
Plano	9,52%	6,74%	9,49%	4,25%	2,62%	36,93%
Renda Fixa	10,32%	9,18%	8,35%	8,41%	3,70%	46,71%
Renda Variável	26,45%	-10,61%	NA	43,59%	6,60%	73,02%
Estruturado	7,11%	6,35%	12,35%	-1,33%	1,42%	28,07%
Imobiliário	NA	NA	NA	NA	-5,40%	-5,40%
Operações com Participantes	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Exterior	7,21%	0,42%	NA	20,73%	-0,83%	28,90%

<sup>1</sup> Metodologia para apuração da rentabilidade: Cotização Adaptada;

<sup>2</sup> Rentabilidade auferida até junho/2021.

As metas de rentabilidade por plano e segmento de aplicação, bem como os correspondentes índices de referência (benchmarks), foram estabelecidas, conforme tabela a seguir.

Entende-se como benchmark para determinado segmento de aplicação o índice que melhor reflete a rentabilidade esperada para o curto prazo, isto é, para horizontes mensais ou anuais, conforme as características do investimento. Esse índice está sujeito às variações momentâneas do mercado.

Por outro lado, a meta reflete a expectativa de rentabilidade de longo prazo dos investimentos realizados em cada um dos segmentos listados a seguir – rentabilidade esta que pode apresentar menor volatilidade e maior aderência aos objetivos do plano.

SEGMENTO	BENCHMARK	META DE RENTABILIDADE	RETORNO ESPERADO
Plano	INPC + 4,24% a.a.	INPC + 4,24% a.a.	9,68%
Renda Fixa	CDI + 1,00% a.a.	INPC + 4,24% a.a.	9,68%
Renda Variável	IBrX-100	INPC + 4,24% a.a.	9,68%
Estruturado	INPC + 5,00% a.a.	INPC + 4,24% a.a.	9,68%
Imobiliário	INPC + 5,00% a.a.	INPC + 4,24% a.a.	9,68%
Operações com Participantes	INPC + 8,00% a.a.	INPC + 4,24% a.a.	9,68%
Exterior	MSCI Global (BRL)	INPC + 4,24% a.a.	9,68%

# PARECER ATUARIAL 2021

## OBJETIVO

O presente Parecer Atuarial tem como finalidade principal demonstrar as provisões matemáticas apuradas em 31/12/2021 para o PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO ADVOGADO-PBPA, administrado pelo OABPrev-SC. Tem ainda como objetivo - com base nas informações relativas ao patrimônio para cobertura do plano - atestar o resultado técnico-atuarial e avaliar a evolução do plano de benefícios e do programa administrativo. São também apresentadas as hipóteses atuariais a vigor no exercício de 2022, observada aprovação prévia da Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e atestadas pelo Conselho Fiscal, em atendimento à Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018 e à Instrução PREVIC nº 33, de 23 de outubro de 2020.

## DADOS CADASTRAIS E FINANCEIROS

As informações referentes aos ativos, aposentados e pensionistas para a Avaliação Atuarial foram disponibilizadas pela Entidade por meio de arquivo eletrônico, com data-base em 31/12/2021 em formato "xls" e foram objetos de análise e testes de consistências, sendo consideradas consistentes para fins das análises.

Foram utilizadas, ainda, informações financeiras relativas ao Programa Administrativo, o histórico de cotas que reflete a rentabilidade líquida do plano, os dados cadastrais e financeiros utilizados nas Avaliações Atuariais anteriores, bem como o histórico de resgates e portabilidades fornecido pela Entidade, por meio do qual se pôde avaliar a evolução do plano de benefícios. A seguir são apresentadas estatísticas descritivas da população segurada pelo plano de benefícios:

Tabela 1 - Estatísticas Descritivas: Participantes Ativos

	2020	2021
Nº de Participantes*	8.634	8.695
Idade Média (anos)	35,88	36,32
Tempo Médio de Filiação ao Plano (anos)	6,81	7,42
Contribuição Média	R\$ 201,36	R\$ 187,69
Saldo Individual Médio	R\$ 22.084,61	R\$ 22.986,34

\* Para fins de estatística, foram considerados os participantes cujo cancelamento já foi solicitado, sendo devido o saldo de contas por meio de resgate ou portabilidade.

Tabela 2 - Estatísticas Descritivas: Participantes Assistidos (Aposentados)

	2020	2021
Nº de Assistidos	56	63
Idade Média (anos)	65,04	65,43
Tempo Médio de Filiação (anos)	14,18	15,30
Benefício Médio	R\$ 2.002,43	R\$ 2.557,87
Saldo Individual Médio	R\$ 179.242,64	R\$ 216.589,17

Tabela 3 - Estatísticas Descritivas: Beneficiários Assistidos (Pensionistas)

	2020	2021
Nº de Pensionistas	44	48
Idade Média (anos)	41	42
Benefício Médio	R\$ 1.319,00	R\$ 1.425,63
Saldo Individual Médio	R\$ 130.481,19	R\$ 115.380,37

## HIPÓTESES ATUARIAIS

A Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, em seu art. 3º, determina que as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras devem estar adequadas às características da massa de participantes e assistidos e ao regulamento do plano de benefícios de caráter previdenciário.

No mesmo artigo, porém, tal resolução determina que a comprovação de tal adequação é exigida apenas aos planos que possuam em sua estrutura regime mutualista/ atuarial.

Porém, apesar de não haver desde 2014 (Redação da Resolução CNPC nº 15/2014), por parte do órgão regulador, uma exigência quanto à comprovação da adequação das hipóteses aos Planos de Contribuição Definida (CD), visando a mitigação de riscos de imagem e de frustração das expectativas dos participantes, tais testes são realizados periodicamente, tendo como objetivo principal a adequação e sustentabilidade do plano às necessidades da população segurada.

Vale destacar que, em se tratando de plano estruturado na modalidade Contribuição Definida, tal hipótese não é considerada para apuração dos custos ou do plano de custeio, mas apenas para composição do fator de conversão, aplicado para apuração dos benefícios de prestação continuada aos participantes e beneficiários que optarem pela renda por expectativa de vida.

Importante ainda destacar que os benefícios são recalculados anualmente, mitigando-se os riscos de inadequação da hipótese a apenas um exercício.

Quanto à tábua de mortalidade, diante dos resultados apurados por testes estatísticos, foi deliberada a manutenção da hipótese em 2022. Portanto, adota-se a tábua BR-EMSsb-2015-f para apuração da expectativa de vida dos participantes e assistidos, válidos e inválidos.

Quanto à taxa real de juros, utilizada para converter os saldos em benefícios quando da concessão das rendas continuadas - apesar de a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018 dispensar aos Planos estruturados na modalidade de Contribuição Definida a comprovação da adequação da hipótese - foram realizados estudos para verificar a convergência da hipótese à rentabilidade futura estimada, considerando investimentos e desinvestimentos, recebimento de contribuições e pagamento de benefícios.

Com fundamentação em estudos prospectivos elaborados por esta Consultoria Atuarial, será mantida a taxa de juros de 4,24% ao ano para compor o Fator de Conversão no exercício de 2022.

Tal percentual está em conformidade com os limites estabelecidos pela Portaria Previc nº 228/2021 aos Planos estruturados na modalidade Contribuição Definida, cujos limites mínimo e máximo são, respectivamente, 3,26% e 5,06% ao ano.

Assim, observada a aprovação da Diretoria Executiva e deliberação do Conselho Deliberativo, seguem abaixo as hipóteses formalizadas na presente Avaliação Atuarial de 2021 e que estarão vigentes no exercício de 2022:

- a) Taxa de Juros: 4,24% a.a.;
- b) Tábua de Mortalidade Geral: BR-EMSsb-2015-f; e
- c) Tábua de Mortalidade de Inválidos: BR-EMSsb-2015-f.

As considerações acerca da aderência e adequação das referidas hipóteses constam de documentos específicos disponibilizados anteriormente à Entidade.

## RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

Em atenção ao Plano de Contas estabelecido para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, observada a Instrução PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, esta Consultoria elaborou a estrutura contábil resumida das Provisões Matemáticas do plano de benefícios em 31/12/2021, data base da presente Avaliação Atuarial:

**Tabela 4 - Síntese - Provisões Matemáticas e Fundos**

DESCRIÇÃO	31/12/2021
Patrimônio Social	R\$ 227.583.709,24
Patrimônio de Cobertura do Plano	R\$ 224.307.266,04
Provisões Matemáticas	R\$ 224.307.266,04
Benefícios Concedidos	R\$ 19.183.375,40

DESCRIÇÃO	31/12/2021
Contribuição Definida	R\$ 19.183.375,40
Saldo de Contas dos Assistidos	R\$ 19.183.375,40
Benefícios a Conceder	R\$ 205.123.890,64
Contribuição Definida	R\$ 205.123.890,64
Saldo - Empregadores/ Instituidores	-
Saldo - Participantes	R\$ 199.866.261,82
Saldo - Portabilidade de EFPC	R\$ 2.354.024,49
Saldo - Portabilidade de EAPC	R\$ 2.903.604,33
Equilíbrio Técnico	R\$ 0,00
Fundos	R\$ 3.276.443,20
Fundos Previdenciais	-
Fundos Administrativos	R\$ 3.276.443,20
Fundos Dos Investimentos	-

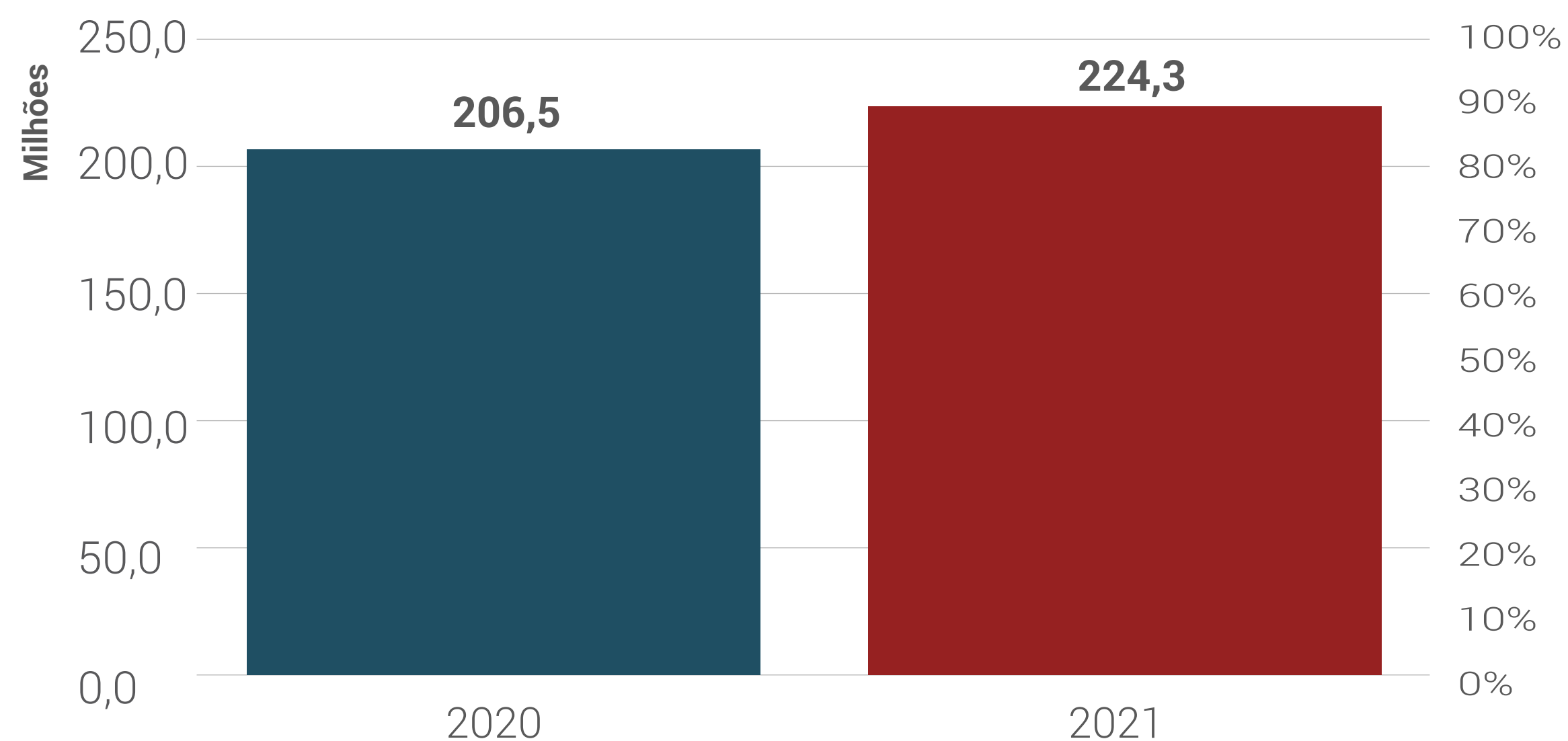
Conforme demonstrado, o plano de benefícios PBPA, administrado pelo OABPrev-SC, apresentou em 31/12/2021 o resultado de Equilíbrio Técnico.

Por se tratar de plano estruturado na modalidade contribuição definida-CD, sem regime mutualista, tanto na fase de capitalização como na fase de percepção dos benefícios, a obrigação do plano para com os seus participantes está limitada ao saldo de conta individual, conforme

formulação constante em Nota Técnica Atuarial vigente, justificando assim tal Equilíbrio Técnico.

Por meio do gráfico a seguir se pode observar a evolução do Patrimônio de Cobertura do Plano PBPA no exercício de 2021, foco da presente avaliação atuarial.

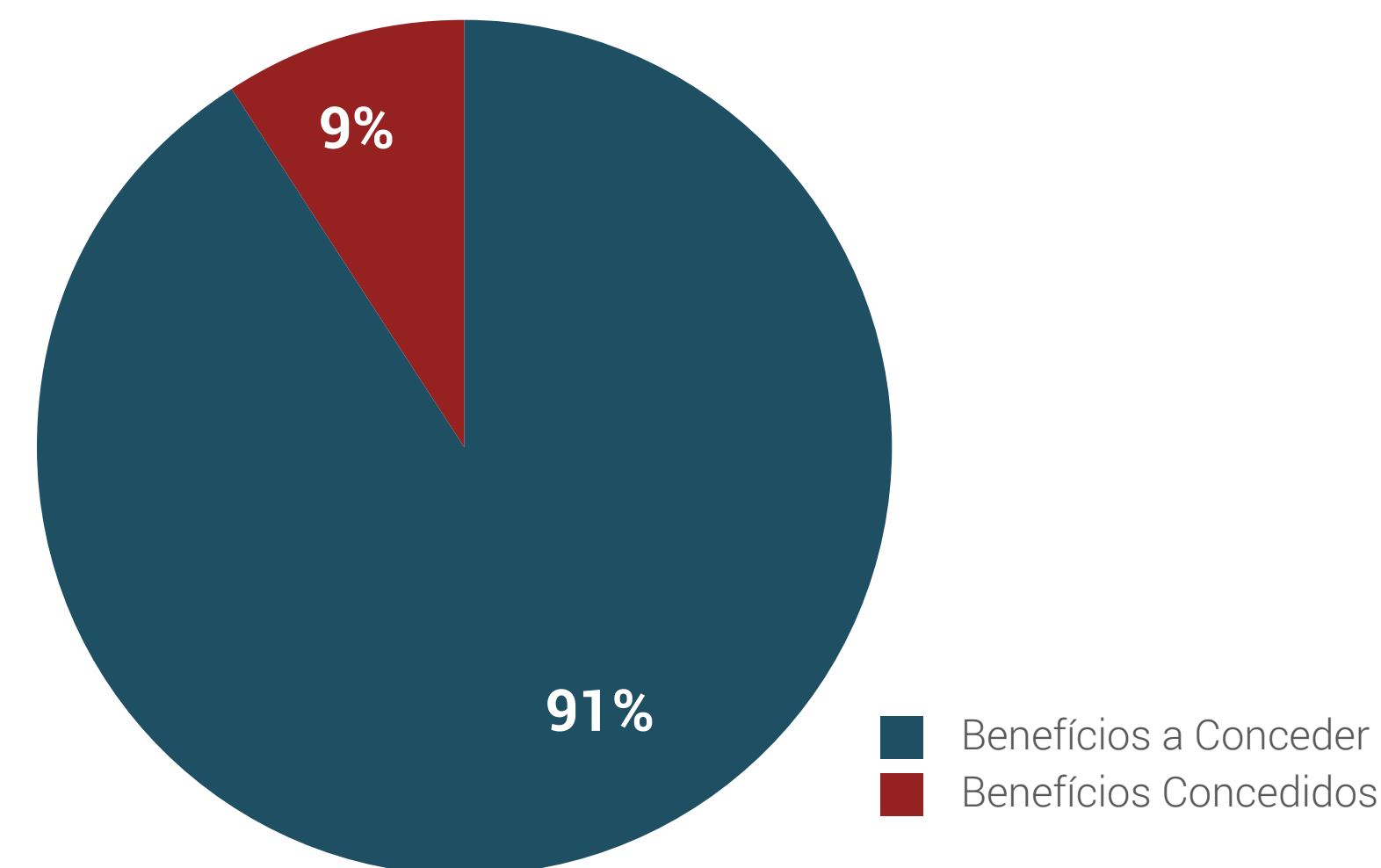
**Gráfico 1 – Evolução do Patrimônio de Cobertura do Plano**



Observou-se uma evolução de aproximadamente R\$ 18 milhões, quando se partiu de um Patrimônio de Cobertura do Plano (PCP) de aproximadamente R\$ 206 milhões no encerramento do ano de 2020 e alcançando, no encerramento de 2021, um montante que ultrapassa a marca de R\$ 224 milhões.

O Gráfico 2, por sua vez, aponta que as provisões matemáticas de benefícios a conceder - destinadas ao acúmulo de saldos para fazer frente aos benefícios futuros dos atuais participantes ativos - acumulam a maior parte dos recursos do plano, representando 91% do Patrimônio de Cobertura do Plano. As provisões matemáticas de benefícios concedidos, por sua vez, destinadas às obrigações do plano junto aos atuais aposentados e pensionistas, acumulam 9% do Patrimônio de Cobertura do Plano.

**Gráfico 2 – Distribuição das provisões matemáticas – 31/12/2021**



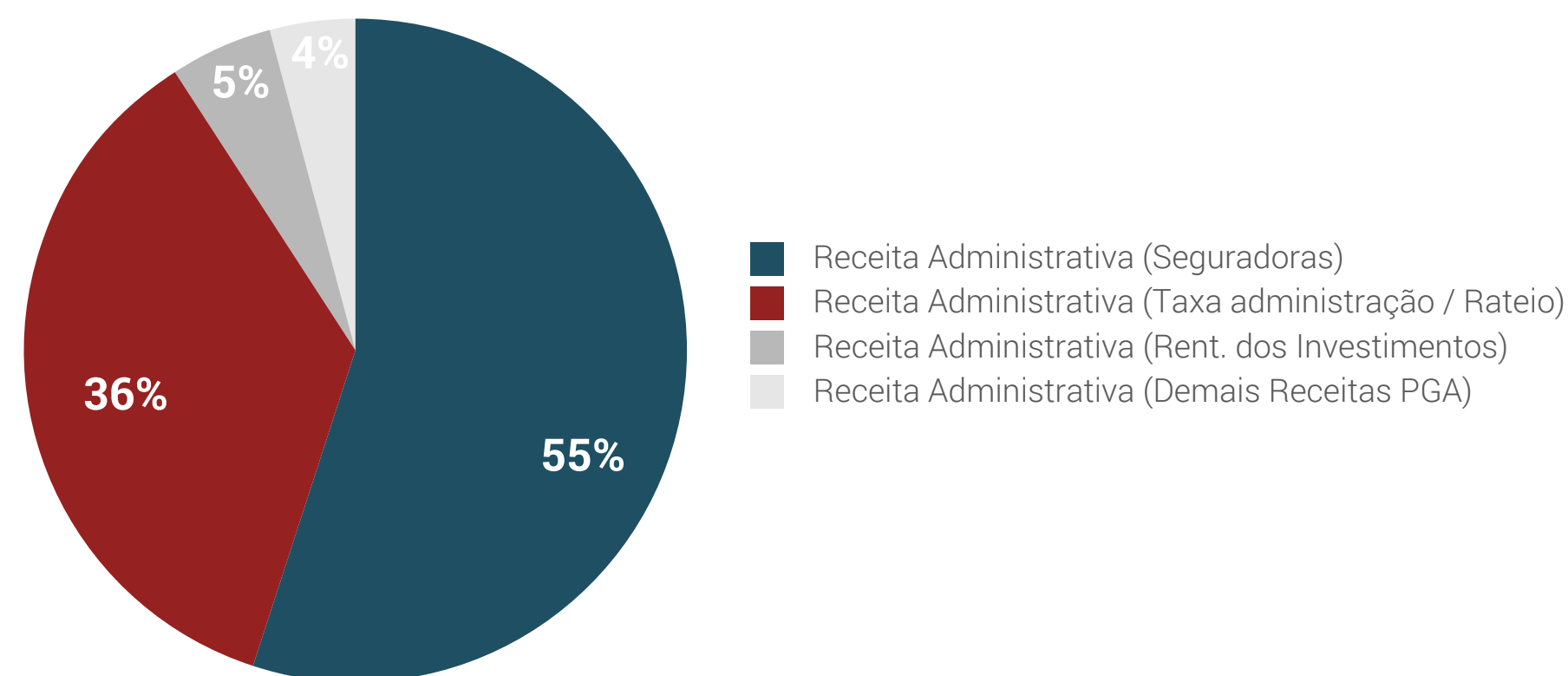
## PROGRAMA ADMINISTRATIVO

Adicionalmente, foi realizada análise retrospectiva com o objetivo de verificar a sustentabilidade do programa administrativo. Para isso foi utilizado o fluxo contábil de despesas e receitas administrativas relativas ao período de janeiro/2019 a dezembro/2021.

Observou-se no período mencionado uma despesa administrativa média de R\$ 172.120,66, e uma receita administrativa média de R\$ 199.401,46 alcançada pela aplicação das taxas administrativas e demais fontes de recursos previstos no Plano de Custeio.

A saber, atualmente o plano de custeio prevê uma taxa de administração de 0,35% ao ano, além de receitas provenientes da Seguradora como agenciamento e comissionamento relativos à fatura de risco (contribuições específicas destinadas à contratação de capital segurado para morte e invalidez total e permanente).

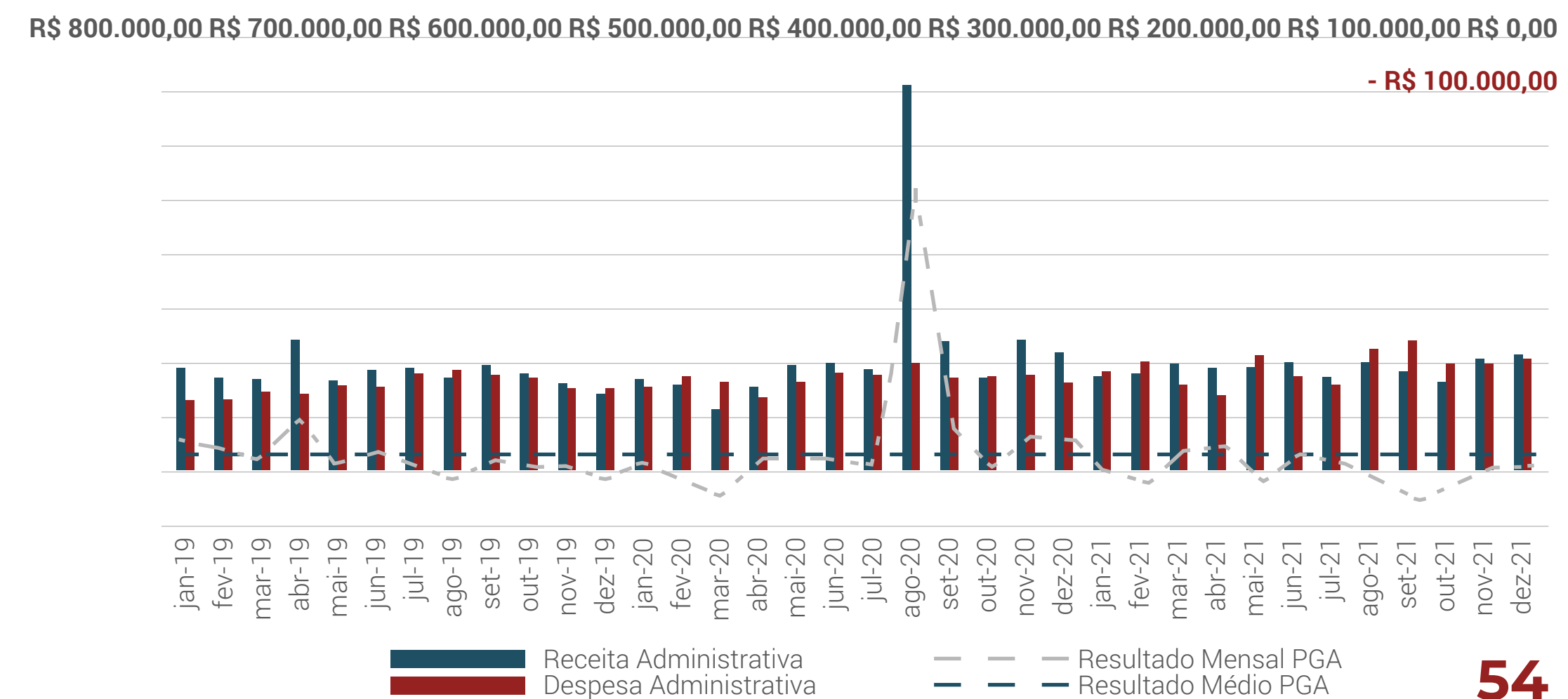
O gráfico a seguir demonstra as diferentes fontes de recursos do Programa Administrativo e sua relevância à arrecadação ao longo dos últimos 36 meses.



Pelo gráfico 3, se pode observar que aproximadamente 36% do total das receitas é proveniente da taxa de administração enquanto 55% são receitas advindas da Seguradora, seja pelo pagamento de agenciamento, comissionamento ou excedente do resultado técnico das apólices de seguro.

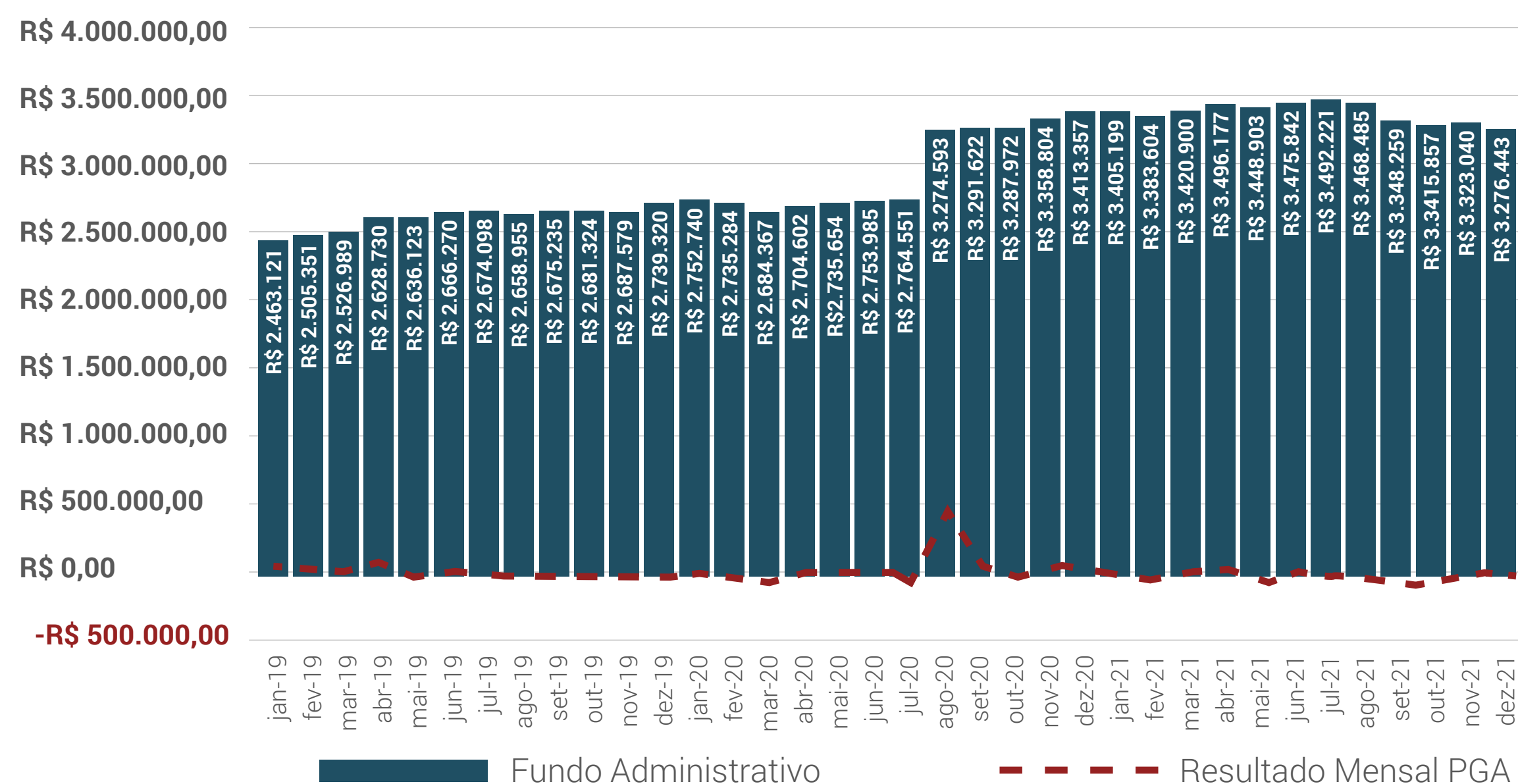
Observou-se nos últimos 12 meses uma receita administrativa média de R\$ 189.012,89 e uma despesa média de R\$ 190.297,37. Verificou-se também que houve uma redução de 4,01% no valor do Fundo Administrativo no último ano, nos sendo informado que ao longo do exercício aproximadamente R\$ 121 mil foram revertidos ao plano de benefícios, o que justifica aproximadamente 90% da redução observada.

Tal Fundo, em 31/12/2021, monta em R\$ 3.276.443,20, enquanto em 31/12/2020 era equivalente a R\$ 3.413.356,95. Observa-se desta maneira que o Fundo Administrativo se encontra atualmente em um patamar de sustentabilidade, visto que equivale a 17,22 meses de despesas administrativas, considerada a média do último exercício.



Por fim, o gráfico a seguir demonstra a evolução do saldo do Fundo Administrativo desde janeiro/2019, de modo a tornar mais elucidativa a visualização de como tal fundo se comportou ao longo do tempo:

**Gráfico 5 – Evolução do fundo administrativo – 36 meses**



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclusivamente, atestamos o resultado de equilíbrio técnico do plano de benefícios, sendo que as informações constantes deste documento foram avaliadas por nossa Consultoria Atuarial, refletem as bases cadastrais e consideram, para fins de comparação, as informações contábeis fornecidas pelo OABPREV-SC referente à data base 31/12/2021.

Belo Horizonte, 18 de fevereiro de 2022.

Rafael Porto de Almeida  
Atuário MIBA nº 1.738  
Lumens Consultoria Atuarial

Karen Tréssino  
Atuário MIBA nº 1.123  
Lumens Consultoria Atuarial

# PARECER DO CONSELHO FISCAL 2021

Os membros do Conselho Fiscal do OABPrev-SC, no cumprimento de suas atribuições estatutárias, depois de terem examinado o Balanço Patrimonial Consolidado – BP, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, a Demonstrac o da Mutação do Ativo Liquido – DMAL por plano de benefícios, a Demonstrac o do Ativo Liquido – DAL por plano de benefícios, a Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), a Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT, as Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis consolidada; o Parecer Atuarial; e o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrac es Contábeis, todos relativos ao exercício de 2021, são de opinião de que tais documentos merecem aprovação.

Florianópolis, 25 de març o de 2022.

Presidente: Rycharde Farah, CPF: 888.950.179-00

Vice-Presidente: Eliane Emília Machado Pacheco, CPF: 429.290.679-34

Titular: Jefferson Mário Santana, CPF: 007.509.209-39

Titular: Paulo Henrique Rocha Faria Jr, CPF: 485.920.999-00

Suplente: Dilnei Marcelino Jr, CPF: 016.146.159-00

Suplente: Juliana Borinelli Franzoi, CPF: 042.419.579-86



# MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2021

Os membros do Conselho Deliberativo do OABPrev Santa Catarina, no cumprimento de suas atribuições estatutárias, depois de terem examinado o Balanço Patrimonial Consolidado – BP, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, a Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL por plano de benefícios, a Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL por plano de benefícios, a Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), a Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT, as Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis consolidada; o Parecer Atuarial; e o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis, todos relativos ao exercício de 2021 e acatar o Parecer do Conselho Fiscal, deliberaram pela aprovação.

Florianópolis, 29 de març o de 2022.

Presidente: Jorge David Pacheco, CPF:145.276.779-34

Vice-Presidente: Eni Terezinha Aragão Duarte, CPF: 179.824.309-10

Titular: Célio Dalcanale, CPF:548.096.309-00

Titular: Ezair José Meurer Jr, CPF: 008.573.829-85

Titular: Júlio Cesar de Souza, CPF: 168.813.709-20

Titular: Marion Elisabete da Silva, CPF:200.294.110-68



**48. 3222-7440**

**Av. Hercílio Luz, 639 - sala 211 - Centro,  
Florianópolis - SC, 88020-000  
[www.oabprev-sc.org.br](http://www.oabprev-sc.org.br)**